

## ORIENTAÇÕES IMPORTANTES

1. **TODOS OS LICITANTES DEVERÃO SE DIRIGIR AO PREGOEIRO, SR. EDSON CLEITON PEREIRA SOUSA E SUA EQUIPE DE APOIO E AUXILIARES;**
2. **O PREGOEIRO NÃO SE RESPONSABILIZA POR INFORMAÇÕES REPASSADAS POR TERCEIROS DURANTE A FASE EXTERNA DO CERTAME;**
3. **A EQUIPE DE APOIO É FORMADA PELAS SRAS. MICHELLE DA SILVA GONÇALVES E EXCELSA FRANCO DA SILVA;**
4. **COMPÕEM AINDA A EQUIPE DE AUXILIARES DO PREGOEIRO, O SR. JOÃO WAGNER MARTINS DE OLIVEIRA E O SR. RONALDO LOBO; e**
5. **DEVERÁ SER OBERVADO O HORÁRIO DE CREDENCIAMENTO, QUE É DAS 8h30 às 9h.**

**EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 00.008/2018-PP**

Regido pela Lei nº. 10.520, de 17 de Julho de 2002 e subsidiariamente pela Lei nº. 8.666 de 21 de Junho de 1993 (com as alterações da Lei nº. 8.883/94 e da Lei nº. 9.648/98), Decreto Federal 7.892/2013, Decreto Federal 8.250/2014 e Lei 123/2006, Lei 147/2014 e suas alterações.

**PREÂMBULO**

A Prefeitura Municipal de São Benedito, por intermédio do Pregoeiro e dos membros da equipe de apoio, designados pela portaria **002/2018**, torna público para conhecimento de todos os interessados que até **as 9h do dia 15 de Junho de 2018**, na sala da Comissão Permanente de Licitação e Pregão da Prefeitura Municipal de São Benedito, localizada na Rua Paulo Marques, nº 378, Centro, São Benedito, Ceará, em sessão pública, dará início aos procedimentos de recebimento e abertura dos envelopes concernentes às propostas de preços, formalização de lances verbais e documentos de habilitação da licitação modalidade **PREGÃO na forma PRESENCIAL**, do TIPO MENOR PREÇO, identificado abaixo, mediante as condições estabelecidas no presente Edital, tudo de acordo com a Lei nº. 10.520, de 17 de julho de 2002 e Lei nº. 8.666/93, de 21 de Junho de 1993, alterada pela Lei nº. 8.883/94 de 08.06.94 e **Lei 123/2006, Lei 147/2014 e suas alterações.**

|                                 |  |
|---------------------------------|--|
| <b>Objeto:</b>                  | <b>CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ASSESSORIA EM CAPTAÇÃO DE RECURSOS E ACOMPANHAMENTO DE CONVÊNIOS ESTADUAIS E FEDERAIS, DE INTERESSE DO MUNICÍPIO SÃO BENEDITO-CE</b> , tudo conforme especificações contidas no TERMO DE REFERÊNCIA, constante do Anexo I do presente edital. |
| <b>Órgão(s) Interessado(s):</b> | Secretarias de Infraestrutura e Desenvolvimento Industrial, Gabinete, Educação, Trabalho e Desenvolvimento Social, Desenvolvimento Agrário, Cultura e Esporte, Finanças e Administração, Turismo e Meio Ambiente e Secretaria de Saúde.  |
| <b>Critério de Julgamento:</b>  | <b>MENOR PREÇO GLOBAL</b>  |
| <b>Espécie:</b>                 | Pregão Presencial  |
| <b>Data e Hora de Abertura:</b> | <b>às 9h do dia 15 de Junho de 2018.</b>   |
| <b>Regime de Execução</b>       | Indireta - Empreitada por Preço Unitário   |
| <b>Credenciamento</b>           | 8h30 às 8h59 do dia 15 de junho de 2018.   |

Compõem-se o presente Edital das partes A e B, conforme a seguir apresentadas:

PARTE A – Condições para competição, julgamento e adjudicação, em que são estabelecidos os requisitos e as condições para competição, julgamento e formalização do contrato, bem como os esclarecimentos necessários à aplicabilidade obrigatória dos ditames das Leis 10.520/2002, 8.666/93, 123/2006 e 147/2014 e suas alterações.

PARTE B – ANEXOS

Anexo I – Termo de Referência do Objeto;  
Anexo II – Modelo de Proposta de Preços;  
Anexo III – Modelo de Declarações/Procuração;  
Anexo IV – Minuta de Contrato.

**1. DO OBJETO**

1.1 – A presente licitação tem como objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ASSESSORIA EM CAPTAÇÃO DE RECURSOS E ACOMPANHAMENTO DE CONVÊNIOS ESTADUAIS E FEDERAIS, DE INTERESSE DO**



Prefeitura de  
**São Benedito**

P M S  
F L S Nº 119

**MUNICÍPIO SÃO BENEDITO-CE**, tudo conforme especificações contidas no TERMO DE REFERÊNCIA constante do anexo I do Edital.

## **2. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO E CREDENCIAMENTO NA PRESENTE LICITAÇÃO**

2.1. Poderão participar da presente licitação, empresas localizadas em qualquer Unidade da Federação cadastradas ou não no Município de São Benedito/CE, que atendam a todas as condições exigidas neste edital, observados os necessários requisitos de habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, qualificação técnica e econômico-financeira, inclusive tendo seus objetivos sociais compatíveis com o objeto da licitação **respeitados os favorecimentos impostos pela Lei 123/2006 e Lei 147/2014 e suas alterações.**

2.1.1. **CADASTRAMENTO:** O Licitante que desejar o cadastramento/revalidação junto ao Município de São Benedito/CE (inscrição no CRC) a que se refere o sub-item anterior deverá providenciá-lo diretamente na sede da Comissão Permanente de Licitação e Pregão, situada à Rua Paulo Marques, nº 378, Centro, São Benedito/CE.

2.1.2. Na hipótese de não haver expediente na data designada para a realização do ato, este será realizado no primeiro dia útil subsequente, no mesmo local e hora.

**2.2. CREDENCIAMENTO:** Cada licitante deverá apresentar-se com apenas 01 (um) representante, devidamente munido de documentação hábil de credenciamento, o qual será o único admitido a intervir nas diversas fases do procedimento licitatório, respondendo assim, para todos os efeitos, pelo licitante representado.

2.2.1. Cada representante, juntamente com o documento hábil de credenciamento, deverá apresentar ainda:

- a) Cópia de seu documento oficial de identificação (do representante), válido na forma da lei;
- b) Declaração de pleno conhecimento, de aceitação e de atendimento às exigências quanto à proposta e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação previstos no edital, conforme modelo disposto no item 02 do Anexo III deste Edital;
- c) Registro comercial ( quando for o caso de empresa individual) ou ato constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor e todos os seus aditivos e/ ou consolidado( no caso de sociedades comerciais ) ou Inscrição do Ato constitutivo ( no caso de Sociedade civis) em vigor devidamente registrado em órgão competente.
- d) Declaração firmada por representante legal da licitante que se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte e de que não há nenhum dos impedimentos previstos no § 4º do art. 3º da Lei complementar nº 123/06 ( anexo III- item 1), caso se enquadre.

2.2.2. Os documentos de credenciamento e de identificação deverão ser apresentados em separados dos envelopes de proposta de preço e de habilitação, para que possam ser analisados no início dos trabalhos, antes da abertura desses envelopes.

2.2.3. Entende-se por documento hábil de credenciamento o instrumento particular específico com a firma do outorgante reconhecida em cartório ou público de mandato, conforme modelo discriminado no item 03 do Anexo III deste Edital, conferindo poderes para a prática de atos compatíveis com a presente licitação, outorgado por sócio-gerente, diretor, titular ou qualquer outro representante da licitante com poderes para tanto, acompanhado de documento que comprove tais poderes (Contrato social, etc);

2.2.4. Caso o credenciado da pessoa jurídica licitante seja sócio-gerente ou diretor do licitante ou titular de firma individual, dispondo por si só de poderes de representação, deverão ser apresentados documentos que comprovem tal condição, na forma do item 2.2.3, nos quais estejam expressos seus poderes para exercerem direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

2.3. A incorreção ou não apresentação do instrumento de mandato, da comprovação de que se trata o sub-item 2.2.3 ou dos documentos tratados nas alíneas "a" e "c" do subitem 2.2.1, implicará no **não credenciamento do licitante**, ficando o mesmo impossibilitado de participar da fase de lances, sendo aceita apenas sua proposta inicial, desde que o licitante apresente o documento tratado na **alínea "b" do subitem 2.2.1** e se houver compatibilidade dos objetivos sociais da licitante com o objeto da licitação, incluindo a impossibilidade de interpor recurso, valendo-se , para todos os efeitos, dos termos de sua proposta escrita.

2.3.1 A Licitante que não apresentar o documento tratado na **alínea "b" do subitem 2.2.1 e 2.1.1**, não se credenciará e nem participará do certame, sendo-lhe devolvidos os envelopes de proposta de preços e habilitação.

2.4. No decorrer do procedimento licitatório, os licitantes poderão nomear representantes, caso não os tenha feito, descredenciar ou substituir os já nomeados, desde que apresente os documentos exigidos neste item. Entretanto, não será admitida a participação de um mesmo representante para mais de uma empresa/entidade licitante.

2.5. Não poderão participar licitantes com sócios, cooperados, diretores ou representantes comuns.



Prefeitura de  
**São Benedito**

F L S Nº 120  
*[Handwritten signature]*

2.5.1. Se antes do início da abertura dos envelopes de propostas de preços for constatada a comunhão de sócios, cooperados, diretores ou representantes entre licitantes participantes, somente uma delas poderá participar do certame.

2.5.2. Se constatada a comunhão de sócios, cooperados, diretores ou representantes entre licitantes participantes após a abertura dos envelopes de proposta de preços, os respectivos participantes serão automaticamente desclassificados do certame, independentemente do preço proposto.

2.6. Não poderão participar da presente licitação os interessados que se encontrem em processo de falência, de dissolução, de fusão, de cisão ou de incorporação, ou ainda, que estejam cumprindo suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com o Município de São Benedito/CE, ou tenham sido declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública, bem como licitantes que se apresentem constituídos na forma de empresas em consórcio.

2.7. Em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte (ME ou EPP), nos termos da Lei Complementar Nº. 123/06 e Lei 147/2014, para que estas possam gozar dos benefícios previstos na referida Lei, é necessário, à época do credenciamento, manifestação de cumprir plenamente os requisitos para classificação como tal, nos termos do art. 3º do referido diploma legal, por meio da Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte que deverá ser feita no próprio formulário de credenciamento (Anexo III – item 1).

2.7.1. Em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte (ME ou EPP) que possua restrição fiscal, quanto aos documentos exigidos neste certame, deverá apresentar a declaração de que trata o item 2.7, fazendo constar em tal documento também a declaração de que consta a restrição fiscal e que se compromete em sanar o vício, **no PRAZO DE 5 (CINCO) dias úteis, conforme dispõe o art. 43, § 1º da Lei Complementar nº. 123 de 14/12/2006.**

2.7.2. A participação de empresas classificadas como microempresa ou empresa de pequeno porte (ME ou EPP), que tenham declarado possuir restrição fiscal conforme o item acima, somente será permitido caso tais empresas tenham manifestado, no ato de credenciamento, a condição de enquadramento como ME ou EPP, conforme dispõe o item 2.7 deste capítulo.

2.7.3 As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, **MESMO QUE ESTA APRESENTE ALGUMA RESTRIÇÃO.**

2.7.4. Quem prestar declaração falsa no documento de que trata os itens anteriores, sujeitar-se-á às penalidades previstas na legislação.

### **3. DAS FASES DO PROCESSO LICITATÓRIO**

3.1 - O presente procedimento de licitação seguirá o seguinte trâmite em fases distintas:

3.1.1 - Credenciamento dos licitantes;

3.1.2 - Recebimento de envelopes de "propostas de preços" e "documentos de habilitação";

3.1.3 - Abertura das propostas de preços apresentadas, verificação e classificação inicial;

3.1.4 - Lances verbais entre os classificados;

3.1.5 - Habilitação do licitante melhor classificado;

3.1.6 - Recursos;

3.1.7 – Adjudicação.

### **4. DOS ENVELOPES E DOCUMENTOS A SEREM APRESENTADOS**

4.1. Além dos documentos de credenciamento, previstos no subitem 2.2, cada licitante deverá ainda apresentar simultaneamente 02 (dois) conjuntos de documentos, a saber: "**Proposta de Preços**" e "**Documentos de Habilitação**", sendo aceita a entrega dos 02 (dois) conjuntos de documentos juntamente com o documento tratado na alínea "b" do subitem 2.2.1., sendo vedado a remessa por via postal.

4.2. Os conjuntos de documentos relativos à "**Proposta de Preços**" e aos "**Documentos de Habilitação**" deverão ser entregues em envelopes separados, opacos e lacrados, rubricados no fecho, endereçados à Prefeitura Municipal de São Benedito/CE, identificados com o número da presente licitação, com o nome do licitante, o número do CNPJ, o objeto da licitação e, respectivamente, os títulos dos seus conteúdos ("Proposta de Preços" ou "Documentos de Habilitação").

**4.3. Todos os documentos necessários à participação na presente licitação poderão ser apresentados em original ou cópia do original autenticada por cartório competente.**



P M S  
121  
Prefeitura de  
**São Benedito**

4.3.1. Não serão aceitos documentos apresentados por meio de fitas, discos magnéticos, filmes ou cópias em *fac-símile*, mesmo autenticadas, admitindo-se fotos, gravuras, desenhos, gráficos ou catálogos apenas como forma de ilustração das propostas de preços.

4.3.2. Os documentos necessários à participação na presente licitação, compreendendo os documentos referentes à habilitação, à proposta de preço e seus anexos, deverão ser apresentados no idioma oficial do Brasil.

4.3.3. Quaisquer documentos necessários à participação no presente certame licitatório, apresentados em língua estrangeira, deverão ser autenticados pelos respectivos consulados e traduzidos para o idioma oficial do Brasil, por tradutor juramentado.

4.3.4. Nos documentos (certidões) apresentados neste processo, quando não consignado o respectivo prazo de vigência em seu bojo, o prazo de vigência será aceito pelo Pregoeiro como sendo **de 60 (sessenta) dias**, salvo determinação legal específica em contrário.

## 5. DA PROPOSTA DE PREÇOS

5.1 - A proposta de preços deverá ser elaborada em **01 (uma) via** em papel timbrado ou com carimbo do interessado, manuscrita em letra de forma em tinta não lavável ou confeccionada por máquina, impresso por computador ou qualquer processo eletrônico, sem alternativas, emendas, rasuras ou entrelinhas, contendo na parte externa do envelope "1" as seguintes indicações:

**À PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENEDITO**

**PREGÃO PRESENCIAL Nº. 00.008/2018-PP**

**LICITANTE: \_\_\_\_\_ CNPJ Nº. \_\_\_\_\_**

**ENVELOPE Nº. 01 – PROPOSTA DE PREÇOS**

5.2 - A proposta de preços deverá ser apresentada seguindo o modelo padronizado no **ANEXO II** deste Edital, contendo:

5.2.1 - A modalidade e o número da licitação;

5.2.2 - Endereçamento ao (a) Pregoeiro da Prefeitura de São Benedito;

5.2.3 - Razão Social, CNPJ, endereço, inscrição estadual ou municipal do proponente, conforme o caso. Sendo opcional a informação de conta corrente, agência bancária e respectivo banco, número de telefone/fax, e endereço eletrônico da empresa;

5.2.4 - Prazo de Execução dos serviços de 12( doze) meses , conforme os termos do edital;

5.2.5 - Prazo de validade não inferior a 60 (sessenta) dias;

5.2.6 – Os itens cotados, nos quantitativos licitados, segundo a unidade de medida consignada no edital, bem como o valor.

5.2.7. Os valores unitários e totais em algarismos de cada item cotado, e conforme o caso o valor global em algarismos e por extenso.

5.2.8. Quantidade ofertada por item/lote, observando o disposto nos anexos I deste edital;

5.2.9. Declaração da licitante que nos valores apresentados acima , estão inclusos todas as despesas incidentes sobre os serviços referentes a frete, tributos, deslocamento de pessoal e demais ônus pertinentes à prestação do serviço licitado e ainda aceitação e cumprimento a todas as obrigações contidas no Termo de referência deste edital

## ORIENTAÇÃO SOBRE A ELABORAÇÃO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS ESCRITAS

5.3 - Os preços constantes da proposta de preços do licitante deverão conter apenas duas casas decimais após a virgula , cabendo ao licitante proceder o arredondamento ou desprezar os números após as duas casas decimais dos centavos, e deverão ser cotados em moeda corrente nacional.

5.4 - Os preços propostos serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração dos mesmos, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro argumento não previsto em lei.

5.5. Os quantitativos licitados e cotados deverão ser rigorosamente conferidos pelos licitantes.

5.5.1. A proposta deve contemplar o quantitativo de todos os itens, em sua integralidade, conforme Termo de Referência do Edital.

5.6. A apresentação da proposta de preços implica na ciência clara de todos os termos do edital e seus anexos, em especial quanto à especificação dos Serviços e as condições de participação, competição, julgamento, bem como a aceitação e sujeição integral às suas disposições e à legislação aplicável, notadamente às Leis Federais nº. 10.520/02 e 8.666/93, alterada e consolidada.



Prefeitura de  
**São Benedito**

5.7. Na análise das propostas de preços o pregoeiro observará preferencialmente o preço global, facultando-lhe, porém, segundo critério de conveniência e oportunidade observar o preço unitário.

5.8. Será desclassificada a proposta de preços apresentada em desconformidade com este item.

5.9. Somente serão aceitos os documentos acondicionados no envelope " nº 01" não sendo admitido o recebimento pelo Pregoeiro, de qualquer outro documento, nem permitido à licitante fazer qualquer adendo aos entregues ao Pregoeiro.

## 6. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

6.1 - O envelope "**Documentos de Habilitação**" deverá conter os documentos exigidos em uma única via, e ser apresentado na forma do sub item 4.2 deste edital, contendo a seguinte inscrição no seu frontispício:

**À PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENEDITO**

**PREGÃO PRESENCIAL Nº. 00.008/2018-PP**

**LICITANTE: \_\_\_\_\_ CNPJ Nº. \_\_\_\_\_**

**ENVELOPE Nº. 02 - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

6.2 - **Os Interessados Não Cadastrados na Prefeitura de São Benedito**, na forma dos artigos 34 a 37 da Lei Federal nº. 8.666/93, alterada e consolidada, habilitar-se-ão à presente licitação mediante a apresentação dos documentos abaixo relacionados (**sub itens 6.3 a 6.7**), os quais serão analisados pelo Pregoeiro quanto a sua autenticidade e o seu prazo de validade.

### 6.3 - RELATIVA À HABILITAÇÃO JURÍDICA:

**6.3.1 REGISTRO COMERCIAL**, no caso de firma individual, no registro público de empresa mercantil da Junta Comercial; devendo, no caso da licitante ser a sucursal, filial ou agência, apresentar o registro da Junta onde opera com averbação no registro da Junta onde tem sede a matriz.

**6.3.2 ATO CONSTITUTIVO, ESTATUTO OU CONTRATO SOCIAL E TODOS OS SEUS ADITIVOS OU CONSOLIDADO** em vigor, devidamente registrado no registro público de empresa mercantil da Junta Comercial, em se tratando de sociedades empresárias e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; devendo, no caso da licitante ser a sucursal, filial ou agência, apresentar o registro da Junta onde opera com averbação no registro da Junta onde tem sede a matriz.

**6.3.3 INSCRIÇÃO DO ATO CONSTITUTIVO**, no caso de sociedades simples - exceto cooperativas - no Cartório de Registro das Pessoas Jurídicas acompanhada de prova da diretoria em exercício; devendo, no caso da licitante ser a sucursal, filial ou agência, apresentar o registro no Cartório de Registro das Pessoas Jurídicas do Estado onde opera com averbação no Cartório onde tem sede a matriz.

**6.3.4 DECRETO DE AUTORIZAÇÃO**, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ATO DE REGISTRO DE AUTORIZAÇÃO PARA FUNCIONAMENTO expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

### 6.4 - RELATIVA À REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

**6.4.1.** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

**6.4.2** Prova de inscrição no cadastro de contribuintes **Municipal**, relativo ao domicílio ou sede do licitante;

**6.4.3.** Prova de Regularidade relativa aos Tributos Federais e **Dívida Ativa da União**, ou conforme nova certidão unificada com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 02/10/2014, através de Certidão Negativa de Débitos ou Positiva com efeitos de Negativa;

**6.4.4.** Certidão Negativa de Débito ou Positiva com efeitos de Negativa com o **Município** do domicílio ou sede da licitante;

**6.4.5.** Certificado de Regularidade com o **FGTS**;

**6.4.7.** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a **Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação de Certidão Negativa ou Positiva com efeitos de Negativa, nos termos do Título VII-A das Consolidações das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

### 6.5. RELATIVA À ECONÔMICO-FINANCEIRA:





P M S  
123

Prefeitura de  
**São Benedito**

6.5.1. Certidão negativa de **falência ou concordata**/ recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

6.5.2. **Balanco patrimonial** e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa - vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios - devidamente assinados por contabilista registrado no CRC, bem como por sócio, gerente ou diretor, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de três meses da data da apresentação da proposta, devidamente registrados na Junta Comercial competente; **as empresas optantes pelo Sistema Simples de Tributação, conforme declarada no CREDENCIAMENTO ficarão isentas da apresentação do que se refere este item conforme o Art. 25, C/C do Art. 26, § 2º e Art. 27 da Lei 123/2006 e alterações posteriores, mediante a apresentação:**

a) Declaração Anual do Simples Nacional/ **DEFIS**;

6.5.3. Para as empresas criadas no exercício em curso, apresentar a fotocópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial do Estado da Sede ou Domicílio da licitante;

### **6.6 - RELATIVA À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:**

6.6.1. Prova de inscrição e regularidade da licitante e de seu responsável técnico junto ao Conselho Regional de Administração – CRA, do Estado sede da licitante.

6.6.2. Comprovação de capacidade técnico-operacional da licitante para desempenho de atividade pertinente e compatível em característica com o objeto desta licitação, a ser feita por intermédio de CERTIDÃO DE REGISTRO DE COMPROVAÇÃO DE APTIDÃO (RN CFA Nº 464/2015) em nome do licitante, expedido pelo Conselho Regional de Administração da sede da licitante, em que figure(m) o nome da empresa concorrente, comprovando a execução de serviços de características técnicas similares às do objeto da presente licitação, acompanhada da respectiva certidão;

6.6.3. Comprovação de a LICITANTE possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega dos documentos, profissionais, de nível superior, devidamente registrados em suas entidades de classe, conforme equipe mínima exigida para o projeto, a saber:

01 (um) Administrador(a);

01 (um) Advogado(a);

01 (um) Assistente Social;

01 (um) Contador(a); e

01 (um) Engenheiro(a).

6.6.4. Comprovação de que o profissional detentor do Atestado de Responsabilidade Técnica, faz parte do quadro permanente da licitante, será feita através de cópia autenticada da Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS (folha de identificação em que consta a fotografia, folha da qualificação e do contrato de trabalho celebrado com a licitante).

6.6.4.1. Comprovação de que os profissionais previstos no item anterior fazem parte quadro permanente da licitante, se dará da seguinte forma: Cópia autenticada da Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS (folha de identificação em que consta a fotografia, folha da qualificação e do contrato de trabalho celebrado com a licitante); Comprovação da participação societária através de cópia do contrato social, quando sócio; ou Contrato de Prestação de Serviços;

6.6.5. Compromisso de participação dos profissionais indicados pela licitante para a equipe técnica, no qual os mesmos declarem que participaram, permanentemente, a serviços da proponente, dos serviços objeto desta licitação, que deverão vir com firma reconhecida em cartório para comprovar a veracidade das informações (exigência para documentos não emitidos por órgãos da administração pública).

6.6.5.1. A experiência do profissional na área deverá ser demonstrada através de atestados, certidões, carteiras de trabalho, documentos públicos oficiais ou outro equivalente, comprobatórios da atuação direta do profissional na área de administração de empresas, devidamente autenticados (exigência para documentos não emitidos por órgãos da administração pública).

### **6.7 - DEMAIS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:**



Prefeitura de  
**São Benedito**

F L S Nº 124

6.7.1 - O licitante deverá apresentar documento, relativo ao cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal e na Lei Federal nº 9.854/1999, publicada no DOU em 28/10/1999, conforme anexo III –item 04 deste edital- **DECLARAÇÃO RELATIVA AO TRABALHO DE EMPREGADO MENOR.**

6.7.2 - Declaração, sob as penalidades cabíveis, de que a licitante **não foi declarada inidônea** para licitar ou contratar com a administração pública, nos termos do IV do art. 87 da Lei nº 8.666/93 e da **inexistência de fato superveniente** impeditivo da habilitação, ficando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores, conforme modelo constante no **Item 05 do ANEXO III** deste edital (art. 32, §2º, da Lei nº. 8.666/93).

### **ORIENTAÇÃO SOBRE ELABORAÇÃO A FASE HABILITAÇÃO**

6.8 - No caso de **LICITANTES DEVIDAMENTE CADASTRADOS NA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENEDITO**, a documentação mencionada nos subitens **6.3 a 6.5** poderá ser substituída pela apresentação do **Certificado de Registro Cadastral (CRC)** junto à Prefeitura Municipal de São Benedito, **Certidão Negativa de Débitos junto ao INSS** ou conforme nova certidão unificada com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 02/10/2014, **Certidão de Regularidade junto ao FGTS**, juntamente com os Documentos exigidos os **Itens 6.6 e 6.7** assegurado, neste caso, aos demais licitantes, o direito de acesso aos dados nele constantes, o qual deverá ser entregue acompanhado dos documentos tratados no subitem 6.6 e 6.7 do edital, cuja autenticidade e prazo de validade serão analisados pelo Pregoeiro.

6.8.1 - A documentação constante do Cadastro de Fornecedores da Prefeitura de São Benedito deverá também se encontrar dentro do prazo de validade e atender ao disposto neste edital.

6.9 - A documentação constante dos envelopes de habilitação que forem abertos integrará os autos do processo licitatório e não será devolvida.

6.9.1 - Os envelopes com os documentos relativos à habilitação dos licitantes não declarados classificados ao final da fase de competição poderão ser retirados por seus representantes na própria sessão. Os documentos não retirados permanecerão em poder do Pregoeiro, devidamente lacrados, durante 30 (trinta) dias correntes à disposição dos respectivos licitantes. Findo este prazo, sem que sejam retirados, serão destruídos.

6.10 – Será inabilitado o licitante que não atender as exigências deste edital referentes à fase de habilitação, bem como apresentar os documentos defeituosos em seus conteúdos e forma.

**6.11- Para habilitação jurídica, o licitante deverá, nos documentos exigidos neste instrumento, demonstrar a compatibilidade dos seus objetivos sociais com o objeto da licitação.**

## **7. DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO**

7.1 - O Pregão será do **Tipo PRESENCIAL**, com a abertura da licitação em sessão pública, dirigida pelo Pregoeiro Oficial do Município de São Benedito, e realizar-se-á no endereço constante do Preâmbulo deste Edital, seguindo o trâmite indicado abaixo e obedecendo a legislação em vigor.

7.2 - **CRENCIAMENTO:** Antes do início da sessão os representantes dos interessados em participar do certame deverão se apresentar para credenciamento junto ao Pregoeiro, identificar-se e comprovarem a existência dos necessários poderes para formulação de propostas e para a prática de todos os demais atos inerentes ao certame, na forma do item 02 deste instrumento, **assinando então lista de presença. Findo o horário de credenciamento, com a assinatura dos presentes na lista, não será aceito o credenciamento de licitantes retardatários. O credenciamento se dará das 8h30 às 8h59.**

7.3 - **RECEBIMENTO DE ENVELOPES:** A partir do horário estabelecido no preâmbulo deste Edital terá início à sessão pública do Pregão Presencial, na presença dos representantes dos licitantes devidamente credenciados e demais pessoas que queiram assistir ao ato, onde o Pregoeiro receberá de cada licitante ou seu representante os documentos de credenciamento, os envelopes distintos, devidamente lacrados rubricados nos fechos, contendo as propostas de preços e a documentação exigida para a habilitação dos licitantes, fazendo registrar o nome dos licitantes que assim procederam.

7.3.1 - Depois de encerrado o recebimento dos envelopes, nenhum outro envelope ou documento será aceito pelo Pregoeiro.

7.3.2 - Após a entrega dos envelopes não caberá desistência por parte de qualquer licitante, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.



7.4 - Abertos os envelopes contendo as "Propostas de Preços" de todos os licitantes, o Pregoeiro ou membro da equipe de apoio fará a verificação da conformidade das propostas com os requisitos estabelecidos no edital. A seguir, o Pregoeiro informará aos participantes presentes quais licitantes apresentaram propostas de preços para a execução do(s) objeto(s) da presente licitação e os respectivos valores ofertados.

7.4.1 - Para o julgamento das propostas, será adotado o critério de **MENOR PREÇO GLOBAL**, observado as demais condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

**7.5. CLASSIFICAÇÃO INICIAL:** O Pregoeiro fará a ordenação das propostas de preços de todos os licitantes, em ordem decrescente de valor, classificando o licitante com proposta de menor preço e aqueles que tenham apresentado propostas em valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento) relativamente à de menor preço, para que seus representantes participem dos lances verbais.

7.5.1. Caso não sejam verificadas no mínimo 03 (três) propostas de preços nas condições definidas no subitem 7.5, o(a) Pregoeiro classificará as melhores propostas, até o máximo de 03 (três), para que seus representantes participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas escritas iniciais.

7.5.2. Havendo empate de propostas no limite de 10% (dez por cento), bem como no terceiro valor, todas as licitantes que tenham ofertado o mesmo preço serão selecionadas para a fase de lances.

**7.6. LANCES VERBAIS:** Em seguida, será dado início à etapa de apresentação de lances verbais, que deverão ser formulados de forma sucessiva, em valores distintos e com preços decrescentes, obedecendo às seguintes disposições:

7.6.1. O Pregoeiro convidará individualmente os licitantes classificados, de forma sequencial, a apresentar lances verbais, a partir do autor da proposta de preços classificada de maior preço e os demais, em ordem decrescente de valor. No caso de empate de valor entre propostas de preços será realizado imediatamente sorteio visando definir a ordem de lance entre os licitantes empatados.

7.6.2. Só serão aceitos os lances cujos valores forem inferiores ao último lance que tenha sido anteriormente registrado.

7.6.3. O Pregoeiro(a) no início ou no decorrer da etapa de lances verbais terá a prerrogativa de:

a) Determinar um intervalo mínimo de valor entre os lances verbais a serem realizados;

b) Determinar um período máximo de tempo para que cada licitante realize o lance verbal;

7.6.4. Não será aceito o lance realizado em desacordo com as determinações emanadas do(a) Pregoeiro na forma da alínea "a" do subitem anterior.

7.6.5. Preclui o direito de apresentar lance verbal, sendo considerado desistente o licitante que deixar de apresentar lance no prazo determinado pelo Pregoeiro(a) na forma da alínea "b" do subitem 7.6.3.

7.6.6. A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará exclusão do licitante das rodadas posteriores de oferta de lances verbais, ficando sua última proposta registrada para efeito de classificação ao final da etapa competitiva.

7.6.7. Quando não mais se realizarem lances verbais por quaisquer dos licitantes será declarada encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas em ordem decrescente de valor, exclusivamente pelo critério de menor preço.

7.6.8. O Pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor para a Administração nas situações em que não se realizem lances verbais, ou realizando-se, depois de declarado o encerramento da etapa competitiva se a oferta não for aceitável, ou se o licitante classificado for considerado inabilitado, no exame de oferta subsequente.

7.6.9. Caso haja empate nas propostas de preços escritas, ordenadas e inicialmente classificadas sem que se realizem lances verbais, o desempate se fará por sorteio, em ato público, na própria sessão do pregão, caso não se aplique nenhuma regra contida na Lei 123/2006 e 147/2014 e suas alterações.

7.6.10. Declarada encerrada a etapa competitiva, com ou sem lances verbais, e realizada a classificação final das propostas, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade do primeiro classificado, especialmente quanto à conformidade entre a proposta/oferta de menor preço e o valor estimado para a contratação constante da planilha anexa, decidindo motivadamente a respeito e tendo efetivada a verificação da licitude de preços diversos para itens iguais que tenham sido separados por ocasião de favorecimento lícito.

7.6.11. No intuito de comprovar a exequibilidade da proposta, o Pregoeiro poderá determinar ao licitante que demonstre através de documentação, a composição dos custos apresentados.

7.6.12. Ocorrendo a hipótese tratada no subitem anterior, o Pregoeiro abrirá o envelope de habilitação do licitante primeiro classificado "sob condição", considerando o disposto no subitem anterior.

7.6.13. Diante da hipótese tratada no subitem 7.6.11 o Pregoeiro poderá, também "sob condição", negociar diretamente com o classificado subsequente para que seja obtida melhor oferta que a sua proposta anteriormente oferecida a fim de conseguir menor preço, caso não comprovada a exequibilidade do licitante anteriormente classificado.

7.6.14. O lance verbal depois de proferido será irrevogável, não podendo haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o licitante desistente às penalidades constantes deste edital.

7.6.15. Considerar-se-ão preços manifestamente inexequíveis aqueles que forem simbólicos irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, acrescidos dos respectivos encargos.

7.6.16. Não serão adjudicadas propostas com preços superiores aos valores estimados para a contratação, constantes da planilha anexa (mapa de cotação).

7.6.16.1. Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores. à média daqueles apurados pelo Setor de cotações do Município de São Benedito-CE, responsável pela elaboração e emissão da referida Planilha, assim também, dirimidas as eventuais dúvidas que possam surgir.

**7.7. HABILITAÇÃO DO LICITANTE CLASSIFICADO:** Existindo proposta classificada aceitável, o Pregoeiro anunciará a abertura do envelope referente aos "Documentos de Habilitação" do(s) licitante(s) que apresentou(aram) a(s) melhor(es) proposta(s), para confirmação das suas condições habilitatórias, determinadas no item 6.

7.7.1. Os licitantes que deixarem de apresentar quaisquer dos documentos exigidos no Envelope Nº. 02 (Documentos de Habilitação), ou os apresentarem em desacordo com o estabelecido neste edital, ou com irregularidades, serão considerados inabilitados, não se admitindo complementação posterior, exceto nos casos previstos na Lei 123/2006 e Lei 147/2014 e suas alterações.

7.7.2. Constatado o atendimento das exigências fixadas no edital, o licitante será declarado vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto da licitação, pelo Pregoeiro, caso não haja intenção de interposição de recurso por qualquer dos demais licitantes.

7.7.3. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, a microempresa ou empresa de pequeno porte poderá requerer a suspensão da sessão pelo o **prazo de 05( cinco) dias úteis**, prorrogáveis por igual período a critério da administração, para regularização dos documentos relativos á regularidade fiscal.

7.7.4. Se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente, permitida negociação- sub item 7.6.8 do edital, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à verificação da habilitação do licitante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda integralmente ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto do certame.

7.7.5. Quando todos os licitantes forem inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas, a Administração poderá fixar aos licitantes o **prazo de 08 (oito) dias úteis** para a apresentação de nova documentação ou de outras propostas escoimadas das causas referidas neste artigo.

7.7.6. O(A) Pregoeiro terá a prerrogativa de decidir se o exame dos documentos de habilitação se dará ao final da etapa competitiva de cada item/ lote ou ao final do julgamento de todos os itens/lotes.

**7.8. ENCERRAMENTO DA SESSÃO:** Da sessão do pregão será lavrada ata circunstanciada, que mencionará os licitantes credenciados, as propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, a análise da documentação exigida para habilitação e os recursos interpostos, devendo ser a mesma obrigatoriamente assinada, ao final, pelo Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, e facultativamente, pelos licitantes ainda presentes quando do encerramento dos trabalhos.

7.8.1. Ao final da sessão, caso não haja intenção de interposição de recurso e o preço final seja igual ou inferior ao previsto para a contratação dos serviços, será feita pelo Pregoeiro a adjudicação ao licitante declarado vencedor do certame e encerrada a reunião, após o que, o processo, devidamente instruído, será encaminhado:

a) À Procuradoria jurídica indicada pelo(s) órgão(s) solicitantes da presente licitação, para fins de análise e parecer jurídico sobre o processo licitatório;

b) Depois ao(s) órgão(s) solicitantes da presente licitação para homologação e consequente formalização de contrato.

7.8.2. A proposta de preços adequada ao preço ofertado no lance final deverá ser elaborada de modo que nenhum ITEM fique superior a média de preços de mercado e nem tampouco será aceito preço unitário progressivo, devendo ser apresentado em até 48 (quarenta e oito) horas.

### **7.9. SUSPENSÃO DA SESSÃO.**

7.9.1. Ao Pregoeiro é facultado suspender qualquer sessão mediante motivo devidamente justificado, fazendo constar esta decisão na ata dos trabalhos.

7.9.2. O Pregoeiro poderá, para analisar as propostas de preços, os documentos de habilitação e outros documentos, solicitar pareceres técnicos e suspender a sessão para realizar diligência a fim de obter melhores subsídios para as suas decisões.

**7.10. INDICAÇÃO DO VENCEDOR:** No julgamento das propostas/ofertas será declarado vencedor o licitante que, tendo atendido a todas as exigências deste edital, apresentar **MENOR PREÇO POR GLOBAL**, cujo objeto do certame a ele será adjudicado.

7.10.1. Não serão consideradas ofertas ou vantagens não previstas neste edital.

## 8- RECURSOS

8.1. Somente no final da sessão, depois de declarado o(s) licitante(s) vencedor(es) do certame, qualquer licitante poderá manifestar, imediata e motivadamente, a intenção de interpor recurso, com registro em ata da síntese das suas razões, facultando-lhe juntar memoriais no prazo de **03 (três) dias úteis**, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar **contra-razões em prazo sucessivo também de 03 (três) dias úteis** (que começará a correr do término do prazo da recorrente), sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

8.2. O recurso será dirigido ao(s) Secretário(s) Municipal(is), por intermédio do(a) Pregoeiro, o qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 05 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso pelo(s) Secretário(s) Municipal(is).

8.3. Não serão admitidos recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo licitante.

8.4. Não será concedido prazo para recursos sobre assuntos meramente protelatórios ou quando não justificada a intenção de interpor o recurso pelo licitante.

8.5. O recurso contra decisão do Pregoeiro terá efeito suspensivo, conforme disposto no § 2º do art. 109 da Lei Nº. 8.666/93.

8.6. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante em recorrer, ao final da sessão do Pregão, importará a preclusão do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pelo Pregoeiro ao licitante vencedor.

8.7. A petição poderá ser feita na própria sessão e, se oral, será reduzida a termo em ata.

8.8. O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.9. Decidido o recurso e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO homologará e procederá a adjudicação da(s) proposta(s) vencedora(s);

8.10. A intimação dos atos decisórios da Administração - Pregoeiro ou Secretário Municipal de FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO - em sede recursal será feita mediante publicação do extrato resumido do ato no DOM ou mediante afixação do ato resumido no flanelógrafo do Município de São Benedito-CE, conforme disposto na Lei Municipal.

8.11. Os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados na sala do(a) Pregoeiro do Município de São Benedito-CE, caso não seja contrário às particularidades do **PREGÃO PRESENCIAL Nº 00.008/2018-PP**.

## 9. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1 - As despesas decorrentes das contratações que poderão advir desta licitação correrão à conta de recursos específicos consignados no respectivo Orçamento Municipal, inerentes às Secretarias Contratantes interessadas, nas seguintes rubricas orçamentárias:

**ÓRGÃO: 04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.**

**UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - FME.**

**PROJETO / ATIVIDADE: 04.01.1212204022.011- MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**

**CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA: 33.90.39.00.00.00- OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA.**

**Fonte de Recursos: 01- RECURSOS ORDINÁRIOS.**

**ÓRGÃO: 05 - SECRETARIA DE SAÚDE.**

**UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 01- SECRETARIA DE SAÚDE.**

**PROJETO / ATIVIDADE: 05.01.1012204022.034- MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS DA SECRETARIA DE SAÚDE.**



Prefeitura de  
**São Benedito**

FLS Nº 128

**CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA: 33.90.39.03.00.00- OUTROS SERV/ TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA.**

Fonte de Recursos: 01- RECURSOS ORDINÁRIOS.

**ÓRGÃO: 06- SECRETARIA DE TRABALHO E DES. SOCIAL.**

**UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 01- SECRETARIA DE TRABALHO E AÇÃO SOCIAL.**

**PROJETO / ATIVIDADE: 06.01.0812204022.045- MANUT. DAS ATIVIDADES DA SEC. DE TRABALHO E DES. SOCIAL**

**CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA: 33.90.39.00.00.00- OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS -P. JURÍDICA.**

Fonte de Recursos: 01- RECURSOS ORDINÁRIOS.

**ÓRGÃO: 07- SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA E DES. INDUSTRIAL.**

**UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 01- SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA E DES. INDUSTRIAL.**

**PROJETO / ATIVIDADE: 07.01.0412204022.066- MANUT. DAS ATIVIDADES DA SEC DE INFRA-ESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL.**

**CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA: 33.90.39.00.00.00- OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS- PESSOA JURÍDICA.**

Fonte de Recursos: 01- RECURSOS ORDINÁRIOS.

**ÓRGÃO: 03- SECRETARIA DE FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO.**

**UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 03 – SECRETARIA DE FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO**

**PROJETO / ATIVIDADE: 03.01.0412304032.007 MANUT. DA SECRETARIA DE FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO.**

**CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA: 33.90.39.00.00.00- OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS- PESSOA JURÍDICA.**

Fonte de Recursos: 01- RECURSOS ORDINÁRIOS.

**ÓRGÃO: 02 – GABINETE DO PREFEITO**

**UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 01 – GABINETE DO PREFEITO**

**PROJETO / ATIVIDADE: 02.01.0412204022.002 – MANUT. DAS ATIVIDADES DO GABINETE DO PREFEITO.**

**CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA: 33.90.39.00.00.00- OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS- PESSOA JURÍDICA.**

Fonte de Recursos: 01- RECURSOS ORDINÁRIOS.

**ÓRGÃO: 09 – SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTE**

**UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 01 – SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTE**

**PROJETO / ATIVIDADE: 09.01.2712204022.081 – MANUT. DA SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTE.**

**CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA: 33.90.39.00.00.00- OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS- PESSOA JURÍDICA.**

Fonte de Recursos: 01- RECURSOS ORDINÁRIOS.

**ÓRGÃO: 08 – SEC DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO**

**UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 01 SEC. DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO**

**PROJETO / ATIVIDADE: 08.01.2012204022.074 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO AGRARIO.**

**CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA: 33.90.39.00.00.00- OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS- PESSOA JURÍDICA.**

Fonte de Recursos: 01- RECURSOS ORDINÁRIOS.



Prefeitura de  
**São Benedito**

129  
JUN 12 2013

|   |
|---|
| <b>ÓRGÃO: 10 – SEC DO TURISMO E MEIO AMBIENTE</b>   |
| <b>UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 01 SEC DO TURISMO E MEIO AMBIENTE</b>  |
| <b>PROJETO / ATIVIDADE: 10.01.1812204022.083 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE TURISMO E MEIO AMBIENTE.</b> |
| <b>CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA: 33.90.39.00.00.00- OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS- PESSOA JURÍDICA.</b>     |

**Fonte de Recursos: 01- RECURSOS ORDINÁRIOS.**

## **10. CONSULTAS, RESPOSTAS, ADITAMENTO, DILIGÊNCIAS, REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO**

10.1 - Até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa física ou jurídica poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório deste Pregão.

10.1.1 - Decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a Administração a pessoa que não o fizer dentro do prazo fixado neste subitem, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

10.1.2 - A impugnação feita tempestivamente pelo licitante não o impedirá de participar do processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.

10.2 - Somente serão aceitas solicitações de esclarecimentos, providências ou impugnações mediante petição confeccionada em máquina datilográfica ou impressora eletrônica, em tinta não lavável, que preencham os seguintes requisitos:

10.2.1 - O endereçamento ao Pregoeiro da Prefeitura Municipal de São Benedito-CE;

10.2.2 - A identificação precisa e completa do autor e seu representante legal (acompanhado dos documentos comprobatórios) se for o caso, contendo o nome, prenome, estado civil, profissão, domicílio, número do documento de identificação, devidamente datada, assinada e protocolada na sede da Comissão Permanente de Licitação e Pregão da Prefeitura de São Benedito, dentro do prazo editalício;

10.2.3 - O fato e o fundamento jurídico de seu pedido, indicando quais os itens ou subitens discutidos;

10.2.4 - O pedido, com suas especificações;

10.3 - Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a petição de impugnação do edital no prazo de **24 (vinte e quatro) horas**, conforme estabelecido no § 1 do art. 12 do Decreto n.º 3.555/2000;

10.4 - A resposta do Município de São Benedito, será disponibilizada a todos os interessados mediante afixação de cópia da íntegra do ato proferido pela administração no flanelógrafo da Prefeitura de São Benedito, conforme Lei municipal e constituirá aditamento a estas Instruções.

10.5 - O aditamento prevalecerá sempre em relação ao que for aditado.

10.6 - Acolhida a petição de impugnação contra o ato convocatório que importe em modificação dos termos do edital será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

**10.6.1 - Qualquer modificação neste edital será divulgada pela mesma forma que se deu ao texto original, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.**

10.7 - **DILIGÊNCIA:** Em qualquer fase do procedimento licitatório, o(a) Pregoeiro ou a autoridade superior, poderá promover diligências no sentido de obter esclarecimentos, confirmar informações ou permitir que sejam sanadas falhas formais de documentação que complementem a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta, fixando o prazo para a resposta.

10.7.1 - Os licitantes notificados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo Pregoeiro, sob pena de desclassificação/inabilitação.

**10.8 - REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO:** O Município de São Benedito poderá revogar a licitação por razões de interesse público, no todo ou em parte ou anular esta licitação POR ILEGALIDADE, em qualquer etapa do processo, de acordo com a lei.

## **11. DA FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO**

11.1 - As obrigações decorrentes da presente licitação serão formalizadas mediante lavratura do respectivo contrato, subscrito pelo Município, através da Secretaria de Finanças e Administração, representada(s) por seu(s) respectivo(s) gestor(es), e o(s) licitante(s) vencedor(es), que observará os termos da Lei nº. 8.666/93, da Lei nº. 10.520/02, deste edital e demais normas pertinentes.

11.1.1 - Integra o presente instrumento a **Minuta de Contrato** a ser celebrado (**ANEXO IV**).

11.1.2 - Os licitantes além das obrigações resultantes da observância da Legislação aplicável deverão obedecer às disposições elencadas no Termo de Contrato.







Prefeitura de  
**São Benedito**

L S Nº 130

11.2 - Homologada a licitação pelas autoridades competentes, o Município de São Benedito convocará o(s) licitante(s) vencedor(es) para assinatura do Contrato entre as partes, pelo prazo previsto, nos termos da minuta que integra este Edital.

**11.2.1 – O(s) licitante(s) vencedor(es) terá(ão) o prazo de 05 (Cinco) dias úteis, contado a partir da convocação, para assinar o contrato.**

11.2.2 – A recusa injustificada ou a carência de justo motivo da vencedora de não formalizar contrato, no prazo estabelecido, sujeitará a licitante à aplicação das penalidades previstas neste Edital e na legislação pertinente.

11.2.3 – Se o licitante vencedor não assinar contrato no prazo estabelecido é facultado à Administração Municipal convocar os licitantes remanescentes, respeitada a ordem de classificação final das propostas, para negociar com os mesmos, com vistas à obtenção de melhores preços, preservado o interesse público e respeitados os valores estimados para a contratação.

11.3 – Incumbirá à Administração providenciar a publicação do extrato do contrato nos meios legais. O mesmo procedimento se adotará com relação aos possíveis termos aditivos.

11.4 – O contrato só poderá ser alterado em conformidade com os artigos 65 da Lei nº. 8.666/93.

11.5 - O licitante, quando celebrado contrato fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições pactuadas, os acréscimos ou supressões quantitativas que se fizerem necessários, a critério da Administração Pública, respeitando-se os limites previstos na Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores, **até 25% (vinte e cinco por cento)** do valor máximo consignado no contrato.

11.6 - O contrato produzirá seus jurídicos e legais efeitos a partir data de sua assinatura e vigorará pelo prazo de **12 (DOZE) meses**, admitindo-se, porém, a prorrogação se em conformidade com os termos do artigo 57 da Lei Federal nº. 8.666/93, se os preços contratados continuarem se mostrando mais vantajosos à administração.

11.7- O contrato poderá ser **RESCINDIDO** pelos motivos especificados nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e nas formas previstas nos artigos 79 e 80 da mesma Lei e suas alterações.

## **12. DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS LICITADOS**

**12.1- DAS ORDENS DE SERVIÇOS:** Os serviços licitados/contratados se darão mediante expedição de **ORDENS DE SERVIÇOS**, por parte da administração ao contratado, que poderão englobar integralmente os quantitativos objeto do contrato ou apenas parte deles, de acordo com a conveniência e oportunidade administrativa, a necessidade e disponibilidade financeira da Secretaria Gestora.

12.1.1 - A ordem de serviços emitida conterá os serviços pretendidos e a respectiva quantidade, devendo ser entregue ao beneficiário do contrato no seu endereço físico, ou enviada via fac-símile ao seu número de telefone, ou ainda remetida via e-mail ao seu endereço eletrônico, cujos dados constem do cadastro municipal.

12.1.2 - Observadas as determinações e orientações constantes da ordem de serviço, o prestador deverá executar devidamente os SERVIÇOS, oportunidade em que receberá o atesto declarando a prestação dos serviços.

12.1.3 - O aceite dos serviços pelo órgão receptor não exclui a responsabilidade civil do prestador por vício do quantidade, qualidade ou disparidade com as especificações estabelecidas nos anexos deste Edital quanto aos serviços executados.

**12.2 – DO PRAZO E LOCAL DE EXECUÇÃO:** Os serviços contratados deverão ser iniciados no prazo máximo de 05 (cinco) dias imediatamente após a expedição da **ORDEM DE SERVIÇO** emitida pela administração, observando rigorosamente as especificações contidas no Instrumento Convocatório, no Termo de Referência e observações constantes de sua proposta, bem ainda as normas técnicas vigentes.

12.2.1 - Por ocasião da execução dos serviços, o prestador deverá apresentar respectivas fatura e Nota Fiscal. As informações necessárias deverão ser requeridas junto ao contratante.

**12.2.2 - Para o serviço objeto deste certame, deverá ser emitida Fatura e Nota Fiscal em nome do Município de São Benedito, com endereço na Rua Paulo Marques, nº 378, Centro, São Benedito, Ceará, inscrito no CNPJ sob o nº. 07.778.129/0001-74, ou em nome de fundos específicos.**

12.2.3 - No caso de constatação da inadequação do serviço prestado às normas e exigências especificadas neste edital e na proposta vencedora a administração os recusará, devendo ser de imediato ou no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas adequados às supracitadas condições, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis, na forma da lei e deste instrumento. AS PRORROGAÇÕES de prazo serão concedidas somente mediante justificativa, permissiva legal e conveniência atestado pelo município de São Benedito-CE

12.3 - Os serviços licitados deverão ser executados, observando rigorosamente as especificações contidas no **Termo de Referência**, nos anexos desse instrumento e disposições constantes de sua proposta, bem ainda às normas vigentes, assumindo o contratado a responsabilidade pelo pagamento de todos os impostos, taxas e quaisquer ônus de origem federal,





Prefeitura de  
**São Benedito**

FLS Nº 131

estadual e municipal, bem como, quaisquer encargos judiciais ou extrajudiciais, sejam trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do serviço que lhes sejam imputáveis, inclusive com relação a terceiros, e ainda:

- a) a reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do serviço em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;
  - b) responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução dos serviços, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;
  - c) aceitar, nas mesmas condições contratadas, os acréscimos ou supressões quantitativas que se fizerem nos serviços, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, na forma do artigo 65 da Lei nº. 8.666/93;
  - d) a execução dos serviços devem se efetuar de forma a não comprometer o funcionamento dos serviços do Município.
- 12.4- A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada, pela Secretaria de Finanças e Administração.

### **13. DO PREÇO, DO PAGAMENTO, REAJUSTE E REEQUILÍBRIO**

**13.1 - PREÇOS:** Os preços ofertados devem ser apresentados com a incidência de todos os tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamentos de pessoal, custos e demais despesas previsíveis que possam incidir sobre a execução dos serviços licitados, inclusive a margem de lucro.

**13.2 - PAGAMENTO:** O pagamento será efetuado mensalmente, conforme execução dos serviços, segundo as ordens de serviços expedidas pela administração, de conformidade com as notas fiscais/faturas devidamente atestadas pelo Gestor da despesa, acompanhadas das Certidões Federais, Estaduais e Municipais do Contratado, todas atualizadas, observadas as condições da proposta.

13.2.1 - O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após o encaminhamento da documentação tratada neste subitem, observadas as disposições editalícias, através de crédito na Conta Bancária.

**13.3 - REAJUSTE:** Os valores constantes das propostas não sofrerão reajuste antes de decorridos 12 (doze) meses, hipótese na qual poderá ser utilizado o índice IGP-M da Fundação Getúlio Vargas.

**13.4 - REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO:** Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de conseqüências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extra contratual, poderá, mediante procedimento administrativo onde reste demonstrada tal situação e termo aditivo, ser restabelecida a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração dos serviços, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na forma do artigo 65, II, "d" da Lei Federal nº. 8.666/93, alterada e consolidada.

### **14. DAS SANÇÕES**

14.1 - O licitante que convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar o contrato, deixar de **prestar o serviço** ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do serviço, não mantiver a proposta ou lance, falhar ou fraudar na execução do serviço, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com o Município de São Benedito e será descredenciado no Cadastro da Prefeitura de São Benedito pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo de aplicação das seguintes multas e das demais cominações legais:

14.1.1 - multa de 20% (VINTE por cento) sobre o valor da contratação no caso de:

- a) recusar em celebrar contrato quando regularmente convocado;
- b) apresentar documentação falsa exigida para o certame;
- c) não manter a proposta ou lance;
- d) fraudar na execução do contrato;
- e) comportar-se de modo inidôneo;

14.1.2 - multa moratória de 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso na execução do serviço solicitado, contados do recebimento da autorização no endereço constante do cadastro ou do contrato, até o limite de 10% (dez por cento) sobre o valor do serviço, caso seja inferior a 30 (trinta) dias, no caso de retardamento na execução da prestação dos serviços;

14.1.3 - multa moratória de 10% (dez por cento) sobre o valor do serviço, na hipótese de atraso superior a 30 (trinta) dias na execução do serviço solicitado;

14.2 - Na hipótese de ato ilícito, outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento da prestação dos serviços, às atividades da administração, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave, ou descumprimento por parte do licitante de qualquer das obrigações definidas neste instrumento, no contrato ou em outros documentos que o complementem, não abrangidas nos subitens anteriores, serão aplicadas, sem prejuízo das demais sanções previstas na Lei nº. 8.666/93, alterada e consolidada, e na Lei n.º 10.520/02, as seguintes penas:

14.2.1 - advertência;

14.2.2 - multa de até 5% (cinco por cento) sobre o valor objeto da licitação;

14.3- O valor da multa aplicada deverá ser recolhido ao Tesouro Municipal no prazo de 05 (cinco) dias a contar da notificação ou decisão do recurso, por meio de Documento de Arrecadação Municipal – DAM.

14.3.1 - Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que o licitante fizer jus.

14.3.2 - Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito do licitante, o valor devido será cobrado administrativamente ou inscrito como Dívida Ativa do Município e cobrado mediante processo de execução fiscal, com os encargos correspondentes.

**14.5 - PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO:** As sanções serão aplicadas após regular processo administrativo, assegurada a ampla defesa e o contraditório.

14.5.1 - No processo de aplicação de penalidades é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, garantidos os seguintes prazos de defesa:

a) 05 (cinco) dias úteis para as sanções exclusivamente de multa, advertência;

b) 10 (dez) dias corridos para a sanção de impedimento de licitar e contratar com o Município de São Benedito e descredenciamento no Cadastro da Prefeitura de São Benedito pelo prazo de até **05 (cinco) anos**.

**14.5.2 Para todo ato inconveniente ou ilícito que tenha indício de causar dano ou prejuízo a Administração Pública ou erário deverá inaugurar um procedimento administrativo de apuração dos fatos. Os casos ocorridos durante os procedimentos licitatórios serão comunicados oficialmente e, devidamente instruído, pelo pregoeiro ou presidente à Procuradoria Geral do Município para apuração. Nos casos ligados a fase posterior a adjudicação serão comunicados pela autoridade gestora competente à Procuradoria.**

## 15. DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1 - As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, atendidos o interesse público, sem comprometimento da segurança e do regular funcionamento da administração.

15.2 - Os casos omissos poderão ser resolvidos pelo Pregoeiro durante a sessão e pelo(s) Secretário(s) Gestor(es), em outro caso, mediante aplicação do caput do art. 54 da Lei nº. 8.666/93.

15.3 - O não atendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do licitante, desde que sejam possíveis a aferição da sua qualidade e a exata compreensão da sua proposta durante a realização da sessão pública deste Pregão.

15.4 - Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração ou pela apresentação de documentação referente ao presente edital, nem em relação às expectativas de contratações dela decorrentes.

15.5 - A Homologação do presente procedimento será de competência do(s) Secretário(s) Gestor (es).

15.6 - Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital, **exclui-se o dia de início** de contagem e inclui-se o dia do vencimento, observando-se que só se iniciam e vencem prazos em dia de expediente normal no Município, exceto quando for expressamente estabelecido em contrário.

15.7 - Para dirimir, na esfera judicial, as questões oriundas do presente edital, será competente o Foro da Comarca de São Benedito.

15.8 - Quaisquer informações poderão ser obtidas na sede da Comissão Permanente de Licitação e Pregão da Prefeitura de São Benedito.

15.9 – Cópias do edital e anexos serão fornecidas mediante Termo de Retirada de Edital, nos horários de 08h às 12h, na Sede da Comissão Permanente de Licitação e Pregão da Prefeitura de São Benedito/CE, situada no endereço retro citado, devendo ser paga a quantia de **R\$ 10,00**, através de DAM na tesouraria da Secretaria de Finanças, pelo custo da reprodução, ou gratuitamente pelo site [www.tcm.ce.gov.br](http://www.tcm.ce.gov.br) e [www.saobenedito.ce.gov.br](http://www.saobenedito.ce.gov.br)



P M S  
133

Prefeitura de  
**São Benedito**

15.10 - Todas as normas inerentes às contratações do objeto deste Certame, discriminadas no Anexo – Termo de Referência deste Instrumento Convocatório deverão ser minuciosamente observadas pelos licitantes quando da elaboração de suas propostas.

São Benedito - CE, 01 de Junho de 2018.

**Edson Cleiton Pereira Sousa**  
Pregoeiro Oficial do Município

**PROCURADORIA DO MUNICÍPIO:**

**Parecer Jurídico opinando pela aprovação do presente Edital, anexos e minuta contratual, devidamente acostado aos autos.**

## ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

**OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ACESSORIA EM CAPTAÇÃO DE RECURSOS E ACOMPANHAMENTO DE CONVÊNIOS ESTADUAIS E FEDERAIS, DE INTERESSE DO MUNICÍPIO SÃO BENEDITO-CE.**

### 1. JUSTIFICATIVA

Com a descentralização fiscal dos anos 80, estados e, principalmente, os municípios ampliaram suas participações nas receitas públicas via arrecadação própria e transferências constitucionais; em contrapartida, a União passou a contar com menos recursos para distribuir discricionariamente.

Nos anos 90, a União ampliou suas receitas, mas passou a privilegiar as transferências intergovernamentais vinculadas a políticas sociais, destaque para saúde e educação, reguladas por legislação própria (transferências legais), e as transferências diretas de renda aos cidadãos (Benefícios de Prestação Continuada, Bolsa-Família etc.).

Em um contexto marcado, por um lado, pelo ajuste fiscal, no qual os entes federados têm baixa capacidade de endividamento e devem honrar com os compromissos da dívida pública; e, por outro, pelas prioridades em gastos sociais com saúde e educação, com vinculação crescente das receitas nestas áreas, sobra pouca margem para os municípios gastarem com outras políticas públicas e as Transferências Voluntárias da União acabam sendo recursos atraentes e cobiçados.

A partir das mudanças ocorridas no federalismo fiscal brasileiro, anos 80, chegamos à atualidade com um quadro diversificado de fontes de recursos para os municípios, dentre as quais se destacam: **1. Recursos Tributários Próprios (RT); 2. Transferências Constitucionais (TC) 3. Transferências Legais (TL); 4. Transferências do Sistema Único de Saúde (TSUS); 5. Transferências Voluntárias da União (TVU).**

Esta última, também conhecida como transferências discricionárias ou negociadas, de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, podem ser definidas como “a entrega de recursos correntes ou de capital a outro ente da Federação, a título de cooperação, auxílio ou assistência financeira, que não decorra de determinação constitucional, legal ou destinados ao Sistema Único de Saúde” (Brasil, 2000).

Os recursos de transferências voluntárias são repassados aos municípios predominante, por meio de convênios e contratos de repasse. O convênio, mais comum, é um instrumento jurídico celebrado entre as partes, concedente e conveniente, e disciplina a transferência de recursos públicos da União aos municípios para a execução de uma política pública de interesse recíproco, com duração definida e em regime de mútua cooperação, o que envolve contrapartida financeira do município e corresponsabilidade na aplicação e fiscalização dos recursos. O contrato de repasse é instrumento similar ao convênio, diferenciando-se por envolver a intermediação de instituições ou agências financeiras oficiais federais nas transferências dos recursos da União, tendo destaque a Caixa Econômica Federal (CGU, 2005)

É fato que receitas de TVU não representam a principal fonte de recursos dos municípios, o que é positivo no sentido de garantir autonomia e regularidade fiscal aos entes locais na implementação de políticas públicas. Contudo, **as transferências voluntárias não são desprezíveis, muitas vezes superam a arrecadação própria**, e são atrativas aos municípios porque permitem aumentar sua capacidade de implementar políticas públicas, principalmente as de investimentos, em um contexto marcado por rigidez orçamentária dados os gastos com pessoal, consumo governamental, despesas financeiras e alta vinculação das receitas e gastos sociais.

Neste contexto, o Município Contratante, vem em busca de obter recursos oriundos da União, ajudando sobremaneira o desenvolvimento local e regional, minando a elevação da qualidade de vida de seus munícipes.

## 2. OBJETO

Contratação de empresa especializada na área de captação de recursos financeiros junto ao Governo Federal e Estadual e outras fontes, como também no monitoramento de convênios, contratos e congêneres e respectivas prestação de contas.

## 3. TERMINOLOGIA

Para os estritos efeitos deste Termo de Referência, são adotadas as seguintes definições:

- 3.1. Contratante: Órgão que contrata a prestação dos serviços especificados no objeto deste termo.
- 3.2. Contratada: Empresa contratada para a prestação dos serviços especificados no objeto deste termo.

## 4. LEGISLAÇÃO, NORMAS E REGULAMENTOS

- 4.1. A contratada será responsável no decorrer do seu trabalho pelo cumprimento e observância das leis, decretos, regulamentos, portarias e normas federais, estaduais e municipais direta e indiretamente aplicáveis ao objeto do contrato, inclusive por suas subcontratadas, se assim for permitido.
- 4.2. Na execução do objeto contratado deverão ser observados os documentos abaixo, assim como toda a legislação municipal, estadual e federal pertinente, independente de citação:
  - a) Portaria Interministerial Nº 424, de 30 de dezembro 2016 (SICONV Federal) e alterações;
  - b) Lei Complementar Nº 101, 04 de maio de 200 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e alterações;
  - c) Lei Complementar Nº 122, de 12 de agosto de 2013 (SICONV – Ceará);
  - d) Decreto Nº 31.964, de 15 de Junho de 2016 (SICONV – Ceará);

## 5. SERVIÇOS A SEREM PRESTADOS

- a) Apoio na execução do planejamento financeiro a partir da identificação de recursos consignados no Orçamento Geral da União;

- b) Apoio na execução do planejamento financeiro com a análise da situação de adimplência do Município através do CAUC, CADIN, SIAFI;
- c) Digitação e arquivamento de documentos;
- d) Disponibilização de equipe técnica, na capital do Estado, para encaminhamento de papéis e documentos, visando à resolução de pendências de natureza técnica, junto ao Governo do Estado e seus órgãos vinculados;
- e) Disponibilização de equipe técnica, na capital federal, para encaminhamento de papéis e documentos, visando à resolução de pendências de natureza técnica, junto ao Governo do Federal e seus órgãos vinculados.
- f) Execução de desenhos técnicos relacionados à arquitetura e engenharia;
- g) Monitoramento da situação de Convênios Estaduais e Federais;
- h) Preparação de documentos em atendimento às demandas contratuais;
- i) Preparação e acompanhamento de material para envio por correio ou meio digital em atendimento as diligências contidas nos sistemas informatizados do Governo Federal e Estadual;
- j) Prestação de serviços de escritório virtual, para utilização dos gestores e servidores municipais, quando necessário;
- k) Serviços de análise de dados contábeis na preparação de prestações de contas parciais e finais; e
- l) Serviços especializados de apoio administrativo na elaboração de consultas prévias, propostas e/ou planos de trabalho.

## 5. VALOR

O valor para a prestação dos serviços objeto deste Termo de Referência está orçado aproximadamente em **R\$ 142.400,00 (CENTO E QUARENTA E DOIS MIL E QUATROCENTOS REAIS)**, valor global.

## 7. DAS OBRIGAÇÕES

### 7.1. Da Contratada

- a) Assumir todas as despesas relativas à pessoal e quaisquer outras oriundas, derivadas ou conexas com a Contratada, ficando, ainda, para todos os efeitos legais, declaradas pelo prestador a inexistência de qualquer vínculo empregatício entre seus empregados e/ou prepostos e o Contratante;
- b) Cumprir, dentro dos prazos estabelecidos, as obrigações definidas pela Prefeitura, compatíveis com o objeto do Contrato;





Prefeitura de  
**São Benedito**

PLS Nº

137

- c) Executar os serviços no prazo de 12 (doze) meses, conforme especificações do Termo de Referência e de sua proposta, com os recursos necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais;
- d) Informar ao Município, quaisquer alterações no tocante a sua razão social ou qualificação de seus representantes;
- e) Manter durante toda a execução dos serviços, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para contratação com a Administração Pública;
- f) Manter sigilo acerca das informações que venha a obter em razão dos serviços pelos quais for contratada.
- g) Manter sigilo das informações colhidas junto a esta Prefeitura Municipal ou nos Poderes, Órgão ou entidades previdenciárias e fiscais, repassando-as apenas em forma de relatório à Prefeitura;
- h) Permitir acesso dos supervisores, auditores e avaliadores que eventualmente ou permanentemente sejam designados pela Prefeitura para supervisionar e acompanhar a execução dos serviços prestados;
- i) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo máximo fixado no Termo de Referência, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos serviços empregados, a critério da Administração;
- j) Responsabilizar-se diretamente ou via ação regressiva, pelos danos causados a terceiros, decorrentes de atos ilícitos praticados por quaisquer de seus prepostos;
- k) Zelar pela perfeita execução dos serviços objeto deste Termo de Referência;

#### 7.2. Da Contratante

- a) Assegurar o livre acesso dos empregados da Contratada, quando devidamente identificados, aos locais em que devam executar suas tarefas;
- b) Avaliar os serviços mediante Comissão Especial;
- c) Comunicar imediatamente à Contratada, qualquer irregularidade verificada por ocasião da prestação dos serviços contratados, tomando as providências necessárias para as devidas correções decorrentes de erros e falhas ou para sua devolução, se for o caso;
- d) Cumprir e fazer cumprir o disposto nas cláusulas do Contrato;
- e) Disponibilizar o espaço físico à Contratada para a prestação dos serviços, quando necessitar que sua execução ocorra internamente;
- f) Efetuar o pagamento à Contratada, no prazo máximo de 10 (dez) dias, após o cumprimento das formalidades legais, de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidos no presente instrumento, bem como prorrogar prazos e aplicar sanções, se for o caso;



Prefeitura de  
**São Benedito**

- g) Fornecer à Contratada todos os esclarecimentos necessários para execução dos serviços e demais informações que estes venham a solicitar para o desempenho dos serviços contratados;
- h) Promover, por meio do setor requisitante, o acompanhamento e a prestação dos serviços contratados, verificando se estão em conformidade com o solicitado no detalhamento do objeto deste Termo de Referência;
- i) Relacionar-se com a Contratada, exclusivamente, por meio de pessoa por ela Credenciada; e
- j) Solicitar, após requerimento da Contratada, informações e dados dos Poderes, Órgãos e/ou Entidades.

## 8. CONDIÇÕES PARA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA PARA LICITAÇÃO

- 8.1. Prova de inscrição e regularidade da licitante e de seu responsável técnico junto ao Conselho Regional de Administração – CRA, do Estado sede da licitante.
- 8.2. Comprovação de capacidade técnico-operacional da licitante para desempenho de atividade pertinente e compatível em característica com o objeto desta licitação, a ser feita por intermédio de CERTIDÃO DE REGISTRO DE COMPROVAÇÃO DE APTIDÃO (RN CFA Nº 464/2015) em nome do licitante, expedido pelo Conselho Regional de Administração da sede da licitante, em que figure(m) o nome da empresa concorrente, comprovando a execução de serviços de características técnicas similares às do objeto da presente licitação, acompanhada da respectiva certidão;
- 8.3. Comprovação de a LICITANTE possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega dos documentos, profissionais, de nível superior, devidamente registrados em suas entidades de classe, conforme equipe mínima exigida para o projeto, a saber:
  - a) 01 (um) Administrador(a);
  - b) 01 (um) Advogado(a);
  - c) 01 (um) Assistente Social;
  - d) 01 (um) Contador(a); e
  - e) 01 (um) Engenheiro(a).
- 8.4. Comprovação de que o profissional detentor do Atestado de Responsabilidade Técnica, faz parte do quadro permanente da licitante, será feita através de cópia autenticada da Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS (folha de identificação em que consta a fotografia, folha da qualificação e do contrato de trabalho celebrado com a licitante).
- 8.5. Comprovação de que os profissionais previstos no item anterior fazem parte quadro permanente da licitante, se dará da seguinte forma:
  - a) Cópia autenticada da Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS (folha de identificação em que consta a fotografia, folha da qualificação e do contrato de trabalho celebrado com a licitante);
  - b) Comprovação da participação societária através de cópia do contrato social, quando sócio; ou

- c) Contrato de Prestação de Serviços;
- 8.6. Compromisso de participação dos profissionais indicados pela licitante para a equipe técnica, no qual os mesmos declarem que participaram, permanentemente, a serviços da proponente, dos serviços objeto desta licitação, que deverão vir com firma reconhecida em cartório para comprovar a veracidade das informações.
- 8.7. A experiência do profissional na área deverá ser demonstrada através de atestados, certidões, carteiras de trabalho, documentos públicos oficiais ou outro equivalente, comprobatórios da atuação direta do profissional na área de administração de empresas, devidamente autenticados.

**9. CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS, DO PREÇO E DA FORMA DE PAGAMENTO.**

- 9.1. A presente licitação será julgada pelo critério do menor preço, conforme inciso I, § 1º do art. 45 da Lei nº 8.666/93;
- 9.2. Nos termos do art. 44 da Lei Complementar nº 123/2006, considerar-se-ão empatados (empate ficto) todas as propostas apresentadas por microempresas e empresas de pequeno porte que sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta de menor preço apresentada;
- 9.3. No caso de empate entre duas ou mais propostas, o desempate dar-se-á por sorteio, observado o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006;
- 9.4. Não ocorrerá o empate ficto quando o melhor preço tiver sido apresentado por empresa que comprove ser regularmente enquadrada como microempresa ou empresa de pequeno porte;
- 9.5. Ocorrendo o empate na forma prevista no item acima, proceder-se-á da seguinte forma:
- a) Comissão de Licitação convocará a microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada para apresentação de proposta de preço inferior à da primeira classificada;
  - b) A convocação deverá ser atendida no prazo máximo de 05 (cinco) minutos, sob pena de preclusão do direito, e havendo a apresentação de preço inferior pela mesma, esta passará à condição de primeira classificada no certame;
  - c) Não ocorrendo o interesse da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma das alíneas "a" e "b" deste item, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese prevista no item 9.2 acima, na ordem crescente de classificação, para o exercício do mesmo direito;
  - d) No caso de equivalência (igualdade) dos valores apresentados pelas microempresas ou empresas de pequeno porte, que se enquadrem na hipótese prevista no item 9.2 acima, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá exercer o direito de preferência, através da apresentação de melhor oferta.
- 9.6. Caberá à Contratada o pagamento de valor previsto mensalmente, de acordo com a proposta vencedora;
- 9.7. O Pagamento deverá ocorrer no prazo de 10 (dez) dias após a apresentação da respectiva documentação fiscal, incluindo a nota fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", combinado com o art. 73, inciso II, alínea "b", da Lei nº 8.666/93 e alterações;



Prefeitura de  
**São Benedito**

140  
[Handwritten signature]

- 9.8. O documento de cobrança da Contratada será nota fiscal/fatura, cujo crédito será realizado na conta corrente mantida pela Contratada junto à instituição financeira a ser informada;
- 9.9. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susado para que a Contratada tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo;
- 9.10. O Contratante não pagará, sem que tenha autorização prévia e formal, nenhum compromisso relacionado ao objeto em apreço, que lhe venha a ser cobrado diretamente por terceiros, seja ou não instituições financeiras;
- 9.11. O Contratante efetuará retenção, na fonte, dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos à Contratada;
- 9.12. Fica estabelecido a aplicação de juros legais, na hipótese de mora por parte do Contratante, sem prejuízo da correção monetária, além do acréscimo de multa de 10% (dez por cento).

## **10. DO PRAZO DE EXECUÇÃO E DO LOCAL DA ENTREGA, ACEITE E RECEBIMENTO DO OBJETO**

10.1. Os serviços serão executados no prazo de 12 (doze) meses, iniciando no prazo máximo de 5 (cinco) dias após a emissão de autorização dos serviços;

10.2. Os serviços deverão ser executados no endereço da própria empresa Contratada, após o fornecimento da documentação necessária por parte do Contratante, correndo todos os eventuais custos relativos à execução dos serviços às expensas da Contratada;

- a) Somente poderão ser considerados para efeito de pagamento os serviços efetivamente executados pela Contratada, em conformidade com este Termo de Referência;
- b) O Contratante deverá efetuar mensalmente os pagamentos das notas emitidas pela Contratada com base nos serviços comprovadamente executados.

## **11. DO PROCEDIMENTO DE FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO DO CONTRATO**

11.1. A Contratante fiscalizará a execução do objeto contratado e verificará o cumprimento das especificações solicitadas, no todo ou em parte, no sentido de corresponderem ao desejado ou especificado.

11.2. A fiscalização pela Contratante não desobriga o Contratado de sua responsabilidade quanto à perfeita execução do objeto do contrato.

11.3. A ausência de comunicação por parte da Contratante, referente a irregularidades ou falhas, não exime o Contratado das responsabilidades determinadas no contrato.

11.4. A Contratada permitirá e oferecerá condições para a mais ampla e completa fiscalização, durante a vigência do contrato, fornecendo informações, propiciando o acesso à documentação pertinente e atendendo às observações e exigências apresentadas pela fiscalização.

11.5. A Contratada se obriga a permitir que a auditoria interna da Contratante e/ou auditoria externa por ela indicada tenham acesso a todos os documentos que digam respeito ao instrumento do contrato.



## 12. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas, garantida a prévia defesa, a Administração poderá aplicar à Contratada as seguintes sanções:

- a) Advertência por escrito, quando a Contratada praticar irregularidades de pequena monta;
- b) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- c) Suspensão temporária de participação em licitação, impedimento de contratar com a Administração, até o prazo de 05 (cinco) anos; sem prejuízo de aplicação das seguintes multas e das demais cominações legais:

12.1.1 - multa de 20% (VINTE por cento) sobre o valor da contratação no caso de:

- a) recusar em celebrar contrato quando regularmente convocado;
- b) apresentar documentação falsa exigida para o certame;
- c) não manter a proposta ou lance;
- d) fraudar na execução do contrato;
- e) comportar-se de modo inidôneo;

12.1.2 - multa moratória de 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso na execução do serviço solicitado, contados do recebimento da autorização no endereço constante do cadastro ou do contrato, até o limite de 10% (dez por cento) sobre o valor do serviço, caso seja inferior a 30 (trinta) dias, no caso de retardamento na execução da prestação dos serviços;

12.1.3 - multa moratória de 10% (dez por cento) sobre o valor do serviço, na hipótese de atraso superior a 30 (trinta) dias na execução do serviço solicitado;

## 13. DA VIGÊNCIA

13.1. O instrumento contratual terá vigência de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado nos termos do art. 57, II, da Lei nº 8.666/93.

**ANEXO I.A**  
**PLANILHA DE QUANTIDADE DE SERVIÇO**

**OBJETO:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ASSESSORIA EM CAPTAÇÃO DE RECURSOS E ACOMPANHAMENTO DE CONVÊNIOS ESTADUAIS E FEDERAIS, DO MUNICÍPIO SÃO BENEDITO-CE.

| ITEM | DISCRIMINAÇÃO   | UNID | QUANT |
|------|---|------|-------|
| 01   | Contratação da prestação de serviços de apoio administrativo e financeiro para a Secretaria Municipal de Educação.                                    | Mês  | 12    |
| 02   | Contratação da prestação de serviços de apoio administrativo e financeiro para a Secretaria Municipal de Saúde.                                       | Mês  | 12    |
| 03   | Contratação da prestação de serviços de apoio administrativo e financeiro para a Secretaria Municipal de Infraestrutura e Desenvolvimento Industrial. | Mês  | 12    |
| 04   | Contratação da prestação de serviços de apoio administrativo e financeiro para a Secretaria Municipal do Trabalho e Desenvolvimento Social.           | Mês  | 12    |
| 05   | Contratação da prestação de serviços de apoio administrativo e financeiro para a Secretaria de Finanças e Administração.                              | Mês  | 12    |
| 06   | Contratação da prestação de serviços de apoio administrativo e financeiro para a Secretaria Municipal de Turismo e Meio Ambiente.                     | Mês  | 12    |
| 07   | Contratação da prestação de serviços de apoio administrativo e financeiro para a Secretaria Municipal de Cultura e Esporte.                           | Mês  | 12    |
| 08   | Contratação da prestação de serviços de apoio administrativo e financeiro para o Gabinete do Prefeito.  |      |       |
| 09   | Contratação da prestação de serviços de apoio administrativo e financeiro para a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Agrário.                     |      |       |



**ANEXO I.B**  
**ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS**

**OBJETO:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ASSESSORIA EM CAPTAÇÃO DE RECURSOS E ACOMPANHAMENTO DE CONVÊNIOS ESTADUAIS E FEDERAIS, DO MUNICÍPIO SÃO BENEDITO-CE.  
**PRAZO:** 12 (DOZE) MESES.

| ITEM | ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS  |
|------|---|
| 1    | Serviços especializados de apoio administrativo na elaboração de Consultas Prévias, propostas e/ou Planos de Trabalho;  |
| 2    | Preparação de documentos em atendimento às demandas contratuais;  |
| 3    | Análise de dados contábeis na preparação de prestação de contas parcial e final;  |
| 4    | Preparação e encaminhamento de material para o envio via Postal ou meio digital em atendimento às diligências contidas nos sistemas informatizados do Governo Federal e Estadual, como por exemplo o SINCONV, do Governo Federal; |
| 5    | Apoio na execução do Planejamento Financeiro a partir da identificação de recursos consignados no Orçamento Geral da União - OGU;   |
| 6    | Apoio na execução do Planejamento Financeiro com análise da situação de adimplência do município através do CAUC, CADIN, SIAF e SIAPI;  |
| 7    | Execução de desenhos técnicos relacionados à arquitetura e engenharia;  |
| 8    | Digitação, digitalização e arquivamento de documentos relacionados à prestação de serviços;   |
| 9    | Prestação de serviços de escritório virtual;  |
| 10   | Manutenção de um técnico em Brasília-DF, para encaminhamento de papeis e documentos, visando a resolução de pendências de natureza técnica, junto aos Ministérios e demais do Governo Federal;                                    |
| 11   | Orientação na implantação e operacionalização da Unidade de Acompanhamento e Controle de Convênios, Contratos de repasses e Termos de Cooperação;   |
| 12   | Suporte Técnico e orientação na área de Engenharia Civil para elaboração de Projetos Executivos de Interesse da Prefeitura Municipal.   |

**ANEXO I.C**  
**ORÇAMENTO ESTIMADO**

**ESTIMATIVA GERAL**

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ASSESSORIA EM CAPTAÇÃO DE RECURSOS E ACOMPANHAMENTO DE CONVÊNIOS ESTADUAIS E FEDERAIS, DO MUNICÍPIO DE SÃO BENEDITO-CE

| ITEM | ESPECIFICAÇÃO   | UNIDADE | QUANTIDADE | TOTAL | MÉDIO        |               |
|------|---|---------|------------|-------|--------------|---------------|
|      |   |         |            |       | UNITÁRIO     | TOTAL         |
| 1    | Contratação da prestação de serviços de apoio administrativo e financeiro para a Secretaria Municipal de Educação.                                    | MÊS     | 12         | 12    | R\$ 1.900,00 | R\$ 22.800,00 |
| 2    | Contratação da prestação de serviços de apoio administrativo e financeiro para a Secretaria Municipal de Saúde.                                       | MÊS     | 12         | 12    | R\$ 1.833,33 | R\$ 22.000,00 |
| 3    | Contratação da prestação de serviços de apoio administrativo e financeiro para a Secretaria Municipal de Infraestrutura e Desenvolvimento Industrial. | MÊS     | 12         | 12    | R\$ 1.833,33 | R\$ 22.000,00 |
| 4    | Contratação da prestação de serviços de apoio administrativo e financeiro para a Secretaria Municipal do Trabalho e Desenvolvimento Social.           | MÊS     | 12         | 12    | R\$ 1.266,67 | R\$ 15.200,00 |
| 5    | Contratação da prestação de serviços de apoio administrativo e financeiro para a Secretaria de Finanças e Administração.                              | MÊS     | 12         | 12    | R\$ 1.300,00 | R\$ 15.600,00 |
| 6    | Contratação da prestação de serviços de apoio administrativo e financeiro para a Secretaria Municipal de Turismo e Meio Ambiente.                     | MÊS     | 12         | 12    | R\$ 900,00   | R\$ 10.800,00 |



Prefeitura de  
**São Benedito**

F L S N°

145

|  |   |     |    |    |            |                       |
|--|---|-----|----|----|------------|-----------------------|
| 7  | Contratação da prestação de serviços de apoio administrativo e financeiro para a Secretaria Municipal de Cultura e Esporte.       | MÊS | 12 | 12 | R\$ 966,67 | R\$ 11.600,00         |
| 8  | Contratação da prestação de serviços de apoio administrativo e financeiro para o Gabinete do Prefeito.                            | MÊS | 12 | 12 | R\$ 966,67 | R\$ 11.600,00         |
| 9  | Contratação da prestação de serviços de apoio administrativo e financeiro para a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Agrário. | MÊS | 12 | 12 | R\$ 900,00 | R\$ 10.800,00         |
| <b>VALOR GLOBAL</b>  |   |     |    |    |            | <b>R\$ 142.400,00</b> |
| <b>ESTIMATIVA GLOBAL NO VALOR DE R\$ 142.400,00 (CENTO E QUARENTA E DOIS MIL E QUATROCENTOS REAIS)</b> |   |     |    |    |            |                       |

\*Não se enquadrando, portanto, no critério de exclusividade para ME e EPP, conforme LC 147/2014.

**ANEXO II**  
**MODELO DE PROPOSTA**  
**PROPOSTA DE PREÇOS**

**Ao Pregoeiro Oficial do Município de São Benedito-CE**

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 00.008/2018-PP

Razão Social:

CNPJ Nº.:

Endereço:

CEP:

Fone:

Fax:

Banco: Agência Nº.: Conta Corrente N.º:

| LOTE/ITEM                 | DESCRIÇÃO   | UNID. | QUANT. | PREÇO UNIT. | TOTAL |
|---------------------------|---|-------|--------|-------------|-------|
| <b>LOTE I (ÚNICO)</b>     |   |       |        |             |       |
| 1.1                       | Contratação da prestação de serviços de apoio administrativo e financeiro para a Secretaria Municipal de Educação.                                    | Mês   | 12     |             |       |
| 1.2                       | Contratação da prestação de serviços de apoio administrativo e financeiro para a Secretaria Municipal de Saúde.                                       | Mês   | 12     |             |       |
| 1.3                       | Contratação da prestação de serviços de apoio administrativo e financeiro para a Secretaria Municipal de Infraestrutura e Desenvolvimento Industrial. | Mês   | 12     |             |       |
| 1.4                       | Contratação da prestação de serviços de apoio administrativo e financeiro para a Secretaria Municipal do Trabalho e Desenvolvimento Social.           | Mês   | 12     |             |       |
| 1.5                       | Contratação da prestação de serviços de apoio administrativo e financeiro para a Secretaria de Finanças e Administração.                              | Mês   | 12     |             |       |
| 1.6                       | Contratação da prestação de serviços de apoio administrativo e financeiro para a Secretaria Municipal de Turismo e Meio Ambiente.                     | Mês   | 12     |             |       |
| 1.7                       | Contratação da prestação de serviços de apoio administrativo e financeiro para a Secretaria Municipal de Cultura e Esporte.                           | Mês   | 12     |             |       |
| 1.8                       | Contratação da prestação de serviços de apoio administrativo e financeiro para o Gabinete do Prefeito.  | Mês   | 12     |             |       |
| 1.9                       | Contratação da prestação de serviços de apoio administrativo e financeiro para a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Agrário.                     | Mês   | 12     |             |       |
| <b>VALOR GLOBAL - R\$</b> |   |       |        |             |       |

VALOR MENSAL DA PROPOSTA: R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_)

VALOR GLOBAL DA PROPOSTA- 12 (DOZE) MESES R\$ \_\_\_\_\_ (VALOR POR EXTENSO)

Validade da Proposta: 60 (sessenta) dias.

Prazo de Execução: 12 (doze) meses.

Declaro para os devidos fins que nos preços oferecidos estão incluídas todas as despesas incidentes sobre os serviços referentes a frete, tributos, deslocamento de pessoal e demais ônus pertinentes à prestação dos serviços licitados e ainda aceitação e cumprimento a todas as obrigações contidas no Termo de referência deste edital.

Local e data

\_\_\_\_\_  
Carimbo da Empresa/Assinatura do Responsável

**ANEXO III**  
**MODELO DE DECLARAÇÕES/PROCURAÇÃO**

ITEM 1) Modelo de Declaração:

DOCUMENTO EXIGIDO NA HABILITAÇÃO

À  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENEDITO.

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 00.008/2018-PP

DATA DE ABERTURA: \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_

HORA DE CREDENCIAMENTO E DE RECEBIMENTO DOS ENVELOPES: \_\_\_\_:\_\_\_\_.

**OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ASSESSORIA EM CAPTAÇÃO DE RECURSOS E ACOMPANHAMENTO DE CONVÊNIOS ESTADUAIS E FEDERAIS, DE INTERESSE DO MUNICÍPIO SÃO BENEDITO-CE.**

(RAZÃO SOCIAL )-\_\_\_\_\_, INSCRITA NO CNPJ Nº \_\_\_\_\_, **DECLARO**, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as pena da lei, ser \_\_\_\_\_( microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa ), nos termos da legislação vigente, não possuindo nenhum dos **impedimentos previstos no § 4º do art. 3º** da Lei complementar nº 123/2006

\_\_\_\_\_ (CE),..... de ..... de \_\_\_\_\_

[REPRESENTANTE DA EMPRESA]  
RAZÃO SOCIAL



**ANEXO III**  
**MODELOS DE DECLARAÇÕES/PROCURAÇÃO**

ITEM 2) Modelo de Declaração:

**DOCUMENTO EXIGIDO NO CREDENCIAMENTO**

**DECLARAÇÃO**

(NOME E QUALIFICAÇÃO DO FORNECEDOR), DECLARA sob as penas da lei, para todos os fins de direito a que se possa prestar, especialmente para fazer prova em processo licitatório, junto ao Município de São Benedito, Estado do Ceará, o seguinte:

- (1) Que tem pleno conhecimento, aceita e atende às exigências quanto à proposta e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação exigidos no Pregão Presencial
- (2) Que tem pleno conhecimento de todos os parâmetros e elementos do Edital e dos serviços a serem ofertados no presente certame licitatório;
- (3) Que sua proposta atende integralmente aos requisitos constantes neste edital e concorda integralmente com os termos deste edital e anexos.

Pelo que, por ser a expressão da verdade, firma a presente, sob as penas da Lei.

\_\_\_\_\_ (CE),..... de ..... de \_\_\_\_\_

DECLARANTE

**ANEXO III  
MODELOS DE DECLARAÇÕES/PROCURAÇÃO**

ITEM 3) Modelo de Procuração:

**DOCUMENTO EXIGIDO NO CREDENCIAMENTO**

**PROCURAÇÃO**

**OUTORGANTE:** <NOME DA EMPRESA, CNPJ e ENDEREÇO> neste ato representada por seu (titular, sócio, diretor ou representante), Sr. < NOME>, qualificação (nacionalidade, estado civil, profissão, RG e CPF)

**OUTORGADO:** <NOME DO CREDENCIADO> qualificação (nacionalidade, estado civil, profissão, RG, CPF e endereço).

**PODERES:** O Outorgante confere ao Outorgado (a) pleno e gerais poderes para representá-lo junto ao Município de São Benedito, Estado do Ceará, relativo ao Pregão promovido através do Edital nº. **00.008/2018-PP**, podendo o mesmo, assinar propostas, atas, Contratos, entregar durante o procedimento os documentos de credenciamento, envelopes de proposta de preços e documentos de habilitação, assinar toda a documentação necessária, como também formular ofertas e lances verbais de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame em nome da Outorgante que se fizerem necessários ao fiel cumprimento deste mandato, inclusive interpor recursos, ciente de que por força do artigo 675 do Código Civil está obrigado a satisfazer todas as obrigações contraídas pelo outorgado.

\_\_\_\_\_ (CE),..... de ..... de \_\_\_\_\_.

.....  
**OUTORGANTE**  
(Reconhecimento de Firma)

**ANEXO III**  
**MODELOS DE DECLARAÇÕES/PROCURAÇÃO**

ITEM 4) Modelo de Declaração:

**DOCUMENTO EXIGIDO NA HABILITAÇÃO**

**DECLARAÇÃO**

(NOME E QUALIFICAÇÃO DO FORNECEDOR), DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei Federal nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei Federal nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que NÃO EMPREGA EM TRABALHO NOTURNO, PERIGOSO OU INSALUBRE, menores de (18)dezoito anos e em qualquer trabalho menores de (16) dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de (14) quatorze anos

Pelo que, por ser a expressão da verdade, firma a presente, sob as penas da Lei.

\_\_\_\_\_ (CE), ..... de ..... 2018.

.....  
**DECLARANTE**

**ANEXO III**  
**MODELOS DE DECLARAÇÕES/PROCURAÇÃO**

ITEM 5) Modelo de Declaração:

**DOCUMENTO EXIGIDO NA HABILITAÇÃO**

**DECLARAÇÃO**

(NOME E QUALIFICAÇÃO DO FORNECEDOR), DECLARA, sob as penas da lei, para todos os fins de direito a que se possa prestar, especialmente para fins de prova em processo licitatório, junto ao Município de São Benedito, Estado do Ceará, que **inexiste qualquer fato superveniente** impeditivo de nossa habilitação para participar no presente certame licitatório, bem assim que ficamos ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores, nos termos do art. 32, §2º, da Lei nº. 8.666/93.

Pelo que, por ser a expressão da verdade, firma a presente, sob as penas da Lei.

\_\_\_\_\_ (CE), ..... de ..... de \_\_\_\_\_

.....  
DECLARANTE

**ANEXO IV**

**MINUTA DO TERMO DE CONTRATO**

CONTRATO Nº.

O MUNICÍPIO DE SÃO BENEDITO – CE, Pessoa Jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ nº. 07.778.129/0001-74, com sede na Rua Paulo Marques, nº 378, Centro, CEP: 62.370-000, São Benedito, Ceará, através da Secretaria de \_\_\_\_\_, neste ato representado pelo(a) respectivo(a) Secretário(a), Sr(a). \_\_\_\_\_, CPF: \_\_\_\_\_ doravante denominado CONTRATANTE, e de outro lado, a Empresa \_\_\_\_\_, Pessoa Jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº. \_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, Cidade \_\_\_\_\_, neste ato representada pelo(a) Sr(a). \_\_\_\_\_, inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_ portador da carteira de identidade nº \_\_\_\_\_, doravante denominado CONTRATADO, firmam entre si o presente TERMO DE CONTRATO mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO FUNDAMENTO LEGAL**

1.1. Processo de licitação na modalidade de **Pregão Presencial Nº. 00.008/2018-PP**, devidamente homologado pelo(a) Secretário(a) Municipal de \_\_\_\_\_ e as prescrições da Lei Federal Nº. 10.520 de 17/07/2002, com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações, com base na proposta da contratada, que passam a fazer parte integrante do presente contrato.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO**

2.1. Constitui objeto deste instrumento, **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ACESSORIA EM CAPTAÇÃO DE RECURSOS E ACOMPANHAMENTO DE CONVÊNIOS ESTADUAIS E FEDERAIS, DE INTERESSE DO MUNICÍPIO SÃO BENEDITO-CE**, conforme especificações contidas no Edital de Pregão nº **00.008/2018-PP** e seus anexos, na Proposta da Contratada, tudo pertencente ao presente instrumento independente de transcrição e de acordo com o quadro abaixo:

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO, PAGAMENTO, REAJUSTE**

3.1 - **PREÇO:** O preço Global contratado é de R\$ \_\_\_\_\_ ( \_\_\_\_\_ ) , observadas as condições da proposta adjudicada e o seguinte:

| LOTE/ITEM<br>LOTE I (ÚNICO)  | DESCRIÇÃO | UNID. | QUANT. | PREÇO<br>UNIT. | TOTAL |
|------------------------------|-----------|-------|--------|----------------|-------|
| 1.1                          |           |       |        |                |       |
| 1.2                          |           |       |        |                |       |
| 1.3                          |           |       |        |                |       |
| 1.4                          |           |       |        |                |       |
| 1.5                          |           |       |        |                |       |
| 1.6                          |           |       |        |                |       |
| 1.7                          |           |       |        |                |       |
| 1.8                          |           |       |        |                |       |
| 1.9                          |           |       |        |                |       |
| <b>VALOR GOBAL: 12 MESES</b> |           |       |        |                |       |

3.2 - **PAGAMENTO:** O pagamento será efetuado mensalmente, conforme execução dos serviços, segundo as ordens de serviços expedidas pela administração, de conformidade com as notas fiscais/faturas devidamente atestadas pelo Gestor da despesa, acompanhadas das Certidões Federais, Estaduais e Municipais, CND e CRF do FGTS do contratado, todas atualizadas.

3.2.1 - O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após o encaminhamento da documentação tratada neste subitem, observadas as disposições editalícias, através de crédito na Conta Bancária do prestador.



Prefeitura de  
**São Benedito**

LS Nº 154  
12

3.2.2 – O Contratado deverá emitir Fatura e Nota Fiscal em nome do Município de São Benedito, com endereço na Rua Paulo Marques, nº 378, Centro, São Benedito, Ceará, inscrito no CNPJ sob o nº. 07.778.129/0001-74, ou em nome de fundos específicos.

3.3 - REAJUSTE: Os valores contratados não sofrerão reajuste antes de decorridos 12 (doze) meses, hipótese na qual poderá ser utilizado o índice IGP-M da Fundação Getúlio Vargas.

#### **CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA**

4.1. O contrato produzirá seus jurídicos e legais efeitos a partir data de sua assinatura e vigorá pelo prazo de **12(doze) meses**, admitindo-se, porém, a prorrogação se em conformidade com os termos do artigo 57 da Lei Federal nº. 8.666/93, se os preços contratados continuarem se mostrando mais vantajosos à administração.

#### **CLÁUSULA QUINTA - DA ORIGEM DOS RECURSOS**

5.1. As despesas deste contrato correrão por conta da Dotação Orçamentária sob a rubrica:

**ÓRGÃO: 04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.**

**UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 01 –FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - FME.**

**PROJETO / ATIVIDADE: 04.01.1212204022.011- MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**

**CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA: 33.90.39.00.00.00- OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA.**

**Fonte de Recursos: 01- RECURSOS ORDINÁRIOS.**

**ÓRGÃO: 05 - SECRETARIA DE SAÚDE.**

**UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 01- SECRETARIA DE SAÚDE.**

**PROJETO / ATIVIDADE: 05.01.1012204022.034- MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS DA SECRETARIA DE SAÚDE.**

**CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA: 33.90.39.03.00.00- OUTROS SERV/ TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA.**

**Fonte de Recursos: 01- RECURSOS ORDINÁRIOS.**

**ÓRGÃO: 06- SECRETARIA DE TRABALHO E DES. SOCIAL.**

**UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 01- SECRETARIA DE TRABALHO E AÇÃO SOCIAL.**

**PROJETO / ATIVIDADE: 06.01.0812204022.045- MANUT. DAS ATIVIDADES DA SEC. DE TRABALHO E DES. SOCIAL**

**CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA: 33.90.39.00.00.00- OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS -P. JURÍDICA.**

**Fonte de Recursos: 01- RECURSOS ORDINÁRIOS.**

**ÓRGÃO: 07- SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA E DES. INDUSTRIAL.**

**UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 01- SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA E DES. INDUSTRIAL.**

**PROJETO / ATIVIDADE: 07.01.0412204022.066- MANUT. DAS ATIVIDADES DA SEC DE INFRA-ESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL.**

**CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA: 33.90.39.00.00.00- OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS- PESSOA JURÍDICA.**

**Fonte de Recursos: 01- RECURSOS ORDINÁRIOS.**

**ÓRGÃO: 03- SECRETARIA DE FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO.**

**UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 03 – SECRETARIA DE FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO**

**PROJETO / ATIVIDADE: 03.01.0412304032.007 MANUT. DA SECRETARIA DE FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO.**

**CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA: 33.90.39.00.00.00- OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS- PESSOA JURÍDICA.**



Fonte de Recursos: 01- RECURSOS ORDINÁRIOS.

|   |
|---|
| <b>ÓRGÃO: 02 – GABINETE DO PREFEITO</b>   |
| <b>UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 01 – GABINETE DO PREFEITO</b>  |
| <b>PROJETO / ATIVIDADE: 02.01.0412204022.002 – MANUT. DAS ATIVIDADES DO GABINETE DO PREFEITO.</b> |
| <b>CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA: 33.90.39.00.00.00- OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS- PESSOA JURÍDICA.</b> |

Fonte de Recursos: 01- RECURSOS ORDINÁRIOS.

|   |
|---|
| <b>ÓRGÃO: 09 – SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTE</b>  |
| <b>UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 01 – SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTE</b>                                 |
| <b>PROJETO / ATIVIDADE: 09.01.2712204022.081 – MANUT. DA SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTE.</b>     |
| <b>CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA: 33.90.39.00.00.00- OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS- PESSOA JURÍDICA.</b> |

Fonte de Recursos: 01- RECURSOS ORDINÁRIOS.

|  |
|--|
| <b>ÓRGÃO: 08 – SEC DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO</b>  |
| <b>UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 01 SEC. DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO</b>  |
| <b>PROJETO / ATIVIDADE: 08.01.2012204022.074 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO AGRARIO.</b> |
| <b>CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA: 33.90.39.00.00.00- OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS- PESSOA JURÍDICA.</b>                    |

Fonte de Recursos: 01- RECURSOS ORDINÁRIOS.

|   |
|---|
| <b>ÓRGÃO: 10 – SEC DO TURISMO E MEIO AMBIENTE</b>   |
| <b>UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 01 SEC DO TURISMO E MEIO AMBIENTE</b>  |
| <b>PROJETO / ATIVIDADE: 10.01.1812204022.083 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE TURISMO E MEIO AMBIENTE.</b> |
| <b>CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA: 33.90.39.00.00.00- OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS- PESSOA JURÍDICA.</b>     |

Fonte de Recursos: 01- RECURSOS ORDINÁRIOS.

#### **CLÁUSULA SEXTA - DA OBRIGAÇÃO DAS PARTES**

6.1. As partes se obrigam reciprocamente a cumprir integralmente as disposições do instrumento da Lei Nº. 8.666/93, alterada e consolidada, da Lei Nº. 10.520/02.

##### **6.2- A CONTRATADA obriga-se :**

- a) Executar os serviços licitados dentro dos padrões estabelecidos pelo Município de São Benedito/CE, de acordo com especificado no instrumento convocatório, neste contrato e no termo de referência, observando ainda normas técnicas que eventualmente regulem-no, responsabilizando-se ainda por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;
- b) Assumir responsabilidade pelo pagamento de todos os impostos, taxas e quaisquer ônus de origem federal ,estadual e municipal, bem como, quaisquer encargos judiciais ou extrajudiciais, sejam trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução dos serviços que lhes sejam imputáveis, inclusive com relação a terceiros, em decorrência do contratado;
- c) Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os Serviços em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;
- d) Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao Município de São Benedito/CE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na **execução dos serviços**, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;
- e) Executar os serviços de forma a não comprometer o funcionamento dos serviços do Município de São Benedito/CE



Prefeitura de  
**São Benedito**

- f) Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo Município de São Benedito/CE, cujas reclamações se a obriga atender prontamente, bem como dar ciência ao mesmo, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do Contrato;
- g) Dispor-se a toda e qualquer fiscalização do Município de São Benedito/CE, no tocante à execução dos serviços, assim como ao cumprimento das obrigações previstas neste contrato;
- h) Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade dos serviços, inclusive considerando os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;
- i) Aceitar as mesmas condições contratuais, os percentuais de acréscimos ou supressão, limitados ao estabelecido no parágrafo 1º do art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93, tomando-se por base o valor contratual;
- j) Prestar imediatamente as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratante, salvo quando implicarem em indagação de caráter técnico, hipótese em que serão respondidos no prazo de 24 (vinte e quatro) horas;
- l) Manter durante a vigência deste contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital;
- m) Arcar com todas as despesas inerentes a execução dos serviços;
- n) Se obriga apoiar na elaboração de consultas prévias, propostas e/ou planos de trabalho como também preparar documentos em atendimento às demandas contratuais;
- o) Analisar dados contábeis na preparação de prestação de contas parcial e final;
- P) Manter em horário comercial, nos dias úteis, plantão telefônico permanente com técnicos treinados para solucionar dúvidas e orientar quando necessário;
- q) Os serviços contratados deverão ser iniciados no prazo máximo de **05 (cinco) dias** imediatamente após a expedição da ORDEM DE SERVIÇO emitida pela administração, no **local definido pela contratante**.
- r) Por ocasião da execução dos serviços, o prestador deverá apresentar respectivas fatura e Nota Fiscal, onde as informações necessárias deverão ser requeridas junto ao contratante;

**6.3- O CONTRATANTE obriga-se :**

- a) Assegurar o livre acesso da CONTRATADA e de seus prepostos, devidamente identificados, a todos os locais onde se fizer necessária a prestação dos serviços licitados, prestando-lhe todas as informações e esclarecimentos que, eventualmente forem solicitados;
- b) Efetuar o pagamento devido nas condições estabelecidas neste contrato;
- c) Proporcionar à CONTRATADA todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações do objeto contratual;
- d) Notificar a contratada de qualquer irregularidade decorrente da execução do objeto contratual;
- e) Fiscalizar a execução do objeto contratual.
- f) Fornecer as informações necessárias para emissão da Nota Fiscal.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DAS ALTERAÇÕES E REAJUSTE DO CONTRATO:**

7.1. O contrato só poderá ser alterado em conformidade com os artigos, 57, 58 e 65 da Lei nº. 8.666/93, após apresentação da devida justificativa pela autoridade administrativa.

7.2. O Equilíbrio econômico-financeiro do contrato será buscado sempre que necessário para restabelecer as condições previamente pactuadas, mediante solicitação do contratado devidamente justificada e acompanhada dos documentos que comprovem o desequilíbrio.

**CLÁUSULA OITAVA - DAS SANÇÕES**

8.1 - O licitante que convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar o contrato, deixar de **prestar o serviço** ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do serviço, não manter a proposta ou lance, falhar ou fraudar na execução do serviço, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com o Município de São Benedito e será descredenciado no Cadastro da Prefeitura de São Benedito pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo de aplicação das seguintes multas e das demais cominações legais:

8.1.1 - multa de 20% (VINTE por cento) sobre o valor da contratação no caso de:

- a) recusar em celebrar contrato quando regularmente convocado;
- b) apresentar documentação falsa exigida para o certame;
- c) não manter a proposta ou lance;

- d) fraudar na execução do contrato;  
e) comportar-se de modo inidôneo;  
8.1.2 - multa moratória de 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso na execução do serviço solicitado, contados do recebimento da autorização no endereço constante do cadastro ou do contrato, até o limite de 10% (dez por cento) sobre o valor do serviço, caso seja inferior a 30 (trinta) dias, no caso de retardamento na execução da prestação dos serviços;  
8.1.3 - multa moratória de 10% (dez por cento) sobre o valor do serviço, na hipótese de atraso superior a 30 (trinta) dias na execução do serviço solicitado;  
8.2 - Na hipótese de ato ilícito, outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento da prestação dos serviços, às atividades da administração, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave, ou descumprimento por parte do licitante de qualquer das obrigações definidas neste instrumento, no contrato ou em outros documentos que o complementem, não abrangidas nos subitens anteriores, serão aplicadas, sem prejuízo das demais sanções previstas na Lei nº. 8.666/93, alterada e consolidada, e na Lei n.º 10.520/02, as seguintes penas:  
8.2.1 - advertência;  
8.2.2 - multa de até 5% (cinco por cento) sobre o valor objeto da licitação;  
8.3- O valor da multa aplicada deverá ser recolhido ao Tesouro Municipal no prazo de 05 (cinco) dias a contar da notificação ou decisão do recurso, por meio de Documento de Arrecadação Municipal – DAM.  
8.3.1 - Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que o licitante fizer jus.  
8.3.2 - Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito do licitante, o valor devido será cobrado administrativamente ou inscrito como Dívida Ativa do Município e cobrado mediante processo de execução fiscal, com os encargos correspondentes.  
8.3.3- As parte se submeterão ainda às demais sanções impostas nos artigos 86 a 88 da Lei Federal nº 8.666/93, alterada e consolidada e no instrumento convocatório.

#### **CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO**

- 9.1. A inexecução total ou parcial do presente contrato enseja a sua rescisão, com as conseqüências contratuais, as previstas em lei e no Edital.  
9.2. Além da aplicação das multas já previstas, o presente contrato ficará rescindido de pleno direito, independente de notificação judicial ou extrajudicial, sem que assista à Contratada o direito de reclamar indenizações relativas às despesas decorrentes de encargos provenientes da sua execução, ocorrendo quaisquer infrações às suas cláusulas e condições ou nas hipóteses previstas na Legislação, na forma dos artigos 77 e 78 da Lei 8.666/93.  
9.3. O procedimento de rescisão observará os ditames previstos nos artigos 79 e 80 da Lei de Licitações.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

- 10.1. O CONTRATADO se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.  
10.2. O presente contrato tem seus termos e sua execução vinculada ao edital de licitação e à proposta licitatória.  
10.3. O CONTRATANTE se reserva o direito de fazer uso de qualquer das prerrogativas dispostas no artigo 58 da Lei nº. 8.666/93, alterada e consolidada.  
10.4. O presente contrato poderá ser alterado unilateralmente pela Administração ou por acordo das partes, com as devidas justificativas, nos casos previstos na Lei.  
10.5. A inadimplência do contratado com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere ao CONTRATANTE a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato ou restringir a regularização e o uso dos serviços pela Administração.  
10.6. O contratado, na execução do contrato, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, não poderá subcontratar partes do contrato sem a expressa autorização da Administração.  
10.7. A Administração rejeitará, no todo ou em parte, os serviços executados em desacordo com os termos do Processo Licitatório, da proposta e deste contrato.  
10.8. Integram o presente contrato, independente de transcrição, todas as peças que formam o procedimento licitatório e a proposta adjudicada.  
10.9. A execução contratual será acompanhada e FISCALIZADA pelo(a) Secretária de Finanças e Administração .  
10.10- O LOCAL PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS será no local definido pela contratante.

**CLÁUSULA ONZE - DO FORO**

11.1. O foro da Comarca de **SÃO BENEDITO** é o competente para dirimir questões decorrentes da execução deste Contrato, em obediência ao disposto no § 2º do artigo 55 da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993, alterada e consolidada.

Assim pactuadas, as partes firmam o presente Instrumento em 04 (quatro) vias, lavrado na Procuradoria Geral do Município, perante testemunhas que também o assinam, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos.

SÃO BENEDITO - CE, \_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
MUNICÍPIO DE SÃO BENEDITO  
CONTRATANTE

< NOME DA EMPRESA >  
< NOME DO REPRESENTANTE >  
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1. \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_

2. \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_

PROCURADORIA DO MUNICÍPIO:

Aprovo a minuta do contrato, pois atende as exigências legais, especialmente a Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

\_\_\_\_\_  
**RÔMULO GONÇALVES GURGEL - 9247-B**

PLM S  
L S N°  
Comissão Permanente de Licitação  
Fis  
C.P.L.  
Prefeitura Municipal de São Benedito-CE



Estado do Ceará | Município de São Benedito | Aviso de Licitação | **PREGÃO PRESENCIAL Nº 00.008/2018-PP.** A CPLP de São Benedito-CE torna público para conhecimento dos interessados que realizará no dia 15 de junho de 2018, às 9h, na Sala da Comissão, à Rua Paulo Marques, nº 378, Centro, São Benedito-CE, a sessão pública do Pregão Presencial supra, cujo objeto é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ASSESSORIA EM CAPTAÇÃO DE RECURSOS E ACOMPANHAMENTO DE CONVÊNIO ESTADUAIS E FEDERAIS, DE INTERESSE DO MUNICÍPIO SÃO BENEDITO-CE.** O Edital poderá ser adquirido junto a CPLP, nos dias úteis, das 08h às 12h. São Benedito-CE, 01 de junho de 2018. Edson Cleiton Pereira Sousa – Pregoeiro.

-----XXXXXXXXXXXXXXXXX-----